



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO**

Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

Trabalho de Investigação Aplicada

A IMPORTÂNCIA RELATIVA DADA PELAS POPULAÇÕES ÀS DUAS MAIORES FORÇAS DE SEGURANÇA DO PAÍS: GNR E PSP

**ALUNO: Aspirante GNR/INF Gabriel Miranda Barbosa
ORIENTADOR: Capitão GNR/INF Paulo Alexandre Severino José**

Lisboa, Março de 2009



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO**

Curso de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

Trabalho de Investigação Aplicada

**A IMPORTÂNCIA RELATIVA DADA PELAS POPULAÇÕES ÀS DUAS
MAIORES FORÇAS DE SEGURANÇA DO PAÍS: GNR E PSP**

**ALUNO: Aspirante GNR/INF Gabriel Miranda Barbosa
ORIENTADOR: Capitão GNR/INF Paulo Alexandre Severino José**

Lisboa, Março de 2009

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e amigos.

AGRADECIMENTOS

Para este trabalho contribuíram muitas pessoas sem as quais este seria muito empobrecido, quero agradecer em primeiro lugar ao meu pai e à minha namorada que tanto me ajudaram e que andaram comigo de freguesia em freguesia, quando foi a aplicação do inquérito por questionário e que em conjunto com os meus amigos, diligentemente me ajudaram e corrigiram, à minha mãe pela paciência, aos camaradas de quarto que estiveram comigo durante todo este tempo, ao meu orientador Capitão Severino José que nunca virou as costas ao trabalho, à Doutora Carla Boto Pereira que foi uma ajuda imprescindível na realização dos questionários e entrevistas, ao Sr. José Manuel dos Santos Pereira que me auxiliou no tratamento dos dados em SPSS, a todas as pessoas que responderam aos inquéritos por questionário e por entrevista e que me disponibilizaram o seu tempo. Ao Tenente-Coronel Câmara Lomelino, ao Major Rebelo Manuel, ao Major Costa Reis e ao Major Damião Ferreira que em certos pontos do trabalho me guiaram os passos. Ao Coronel Carlos Alves que foi a primeira pessoa que procurei e ao XIV Curso que nunca precisei de procurar.

Aos que de uma forma ou outra me ajudaram a apresentar este estudo.

A todos, o meu Obrigado.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	vii
ÍNDICE DE QUADROS	viii
ÍNDICE DE TABELAS.....	ix
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT	xv
EPÍGRAFE	xvi
CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.1.1 FINALIDADE.....	1
1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	1
1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	2
1.1.4 OBJECTIVOS	3
1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	3
1.2 METODOLOGIA UTILIZADA	4
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	4
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
CAPÍTULO 2 – PSP E GNR	6
2.1 ENQUADRAMENTO DA GNR	6
2.2 ENQUADRAMENTO DA PSP	6
2.3 ENQUADRAMENTO LEGAL.....	7
2.3.1 LEI ORGÂNICA DA GNR.....	7
2.3.1 LEI ORGÂNICA DA PSP	7
2.3.2 RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 44/2007	8
2.3.3 PORTARIA N.º 340-A/2007	8

CAPÍTULO 3 – REALIDADE LOCAL DAS POPULAÇÕES.....	9
3.1 AS POPULAÇÕES.....	9
3.1.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO	9
3.1.2 HISTÓRIA	9
3.1.3 CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA	10
3.1.4 DENSIDADE POPULACIONAL.....	11
3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	11
CAPÍTULO 4 – CONCEITOS RELEVANTES.....	13
4.1 DIFERENÇA	13
4.2 IMAGEM	13
4.3 IMPORTÂNCIA	13
4.4 JURISDIÇÃO	14
4.5 OPINIÃO	14
4.6 OPINIÃO PÚBLICA.....	14
4.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	15
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO.....	16
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA.....	17
5.1 O PLANO DE INVESTIGAÇÃO.....	17
5.2 HIPÓTESES.....	17
5.3 UNIVERSO DE ANÁLISE E ESCOLHA DA AMOSTRA	18
5.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS	18
CAPÍTULO 6 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	20
6.1 QUESTIONÁRIOS	20
6.1.1 A AMOSTRA	20
6.1.2 Os RESULTADOS	22
6.1.3 CONSISTÊNCIA INTERNA.....	25
6.1.4 HIPÓTESES	26
6.2 ENTREVISTAS	30
6.3 DADOS ESTATÍSTICOS.....	34
CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES	36
7.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES INICIALMENTE FORMULADAS	37

7.2 SUGESTÕES.....	38
7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	38
7.4 INVESTIGAÇÕES FUTURAS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
METODOLOGIA CIENTÍFICA.....	40
TESES E OUTROS TRABALHOS	40
LEGISLAÇÃO	41
LIVROS.....	41
SÍTIOS DA INTERNET.....	41
OUTROS DOCUMENTOS	42
APÊNDICES.....	43
APÊNDICE A : Questionário	44
APÊNDICE B : Resultados do Questionário.....	47
APÊNDICE C : Resultados do Questionário com cruzamento de variáveis.....	55
APÊNDICE D : Resultados da Consistência Interna do Questionário.....	60
APÊNDICE E : Guião da entrevista aos Presidentes de Junta de Freguesia	61
APÊNDICE F : Entrevista ao Presidente da Junta de Arcozelo Manuel Alves Soares	62
APÊNDICE G : Entrevista ao Presidente da Junta de Areosa António Ferreira Longarito	63
APÊNDICE H : Entrevista ao Presidente da Junta de Correlhã João Fernando Cerqueira de Oliveira.....	64
APÊNDICE I : Entrevista ao Presidente da Junta de Mazarefes Américo Afonso de Balinho	65
APÊNDICE J : Entrevista ao Presidente da Junta de Meadela Manuel Américo Matos Carvalhido.....	66
APÊNDICE K : Entrevista ao Presidente da Junta de Monserrate Miguel Pita Carvalhosa	67
APÊNDICE L : Entrevista ao Presidente da Junta de Ponte de Lima Abel Coelho da Silva Braga	68
APÊNDICE M : Entrevista ao Presidente da Junta de Ribeira Aníbal Lopes de Amorim.....	69
APÊNDICE N : Guião da entrevista aos Comandantes de Posto e de Esquadra ...	70
APÊNDICE O : Entrevista ao Comandante de Esquadra de Ponte de Lima Sub- Comissário Manuel Tiago de Abreu Gonçalves Pereira.....	71

APÊNDICE P : Entrevista ao Comandante da PSP de Viana do Castelo Intendente José Martins Cruz.....	72
APÊNDICE Q : Entrevista ao Comandante do Posto de Ponte de Lima 1º Sargento Ilídio Mendes Alves.....	73
APÊNDICE R : Entrevista ao Comandante do Posto de Viana do Castelo Sargento-Chefe António André Melo.....	74
ANEXOS	75
ANEXO S: Mapas dos Concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo.....	76
ANEXO T: Caracterização e atribuições da PSP.....	79
ANEXO U: Caracterização e atribuições da GNR	80
ANEXO V: Historial da PSP	81
ANEXO W: Historial da GNR.....	87
ANEXO X: Excerto da Lei Orgânica da PSP	90
ANEXO Y: Excerto da Lei Orgânica da GNR	98
ANEXO Z: Excerto da Resolução do Conselho de Ministros N.º 44/2007	108
ANEXO AA: Excerto da Portaria n.º 340-A/2007	113

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 6. 1 - Amostra quanto ao Género	21
Gráfico 6. 2 - Distribuição da amostra por escalões etários	21
Gráfico 6. 3 - Já teve contacto com as Forças de Segurança?	22
Gráfico 6. 4 - Motivos do contacto com a GNR	22
Gráfico 6. 5 - Motivos do contacto com a PSP	22
Gráfico 6. 6 - Motivos para existir uma Força Única.....	24
Gráfico 6. 7 - Diferenças entre GNR e PSP	25
Gráfico 6. 8 - Evolução dos NUIPC do ano 2005 a 2008	35

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 6. 1 - 1ª Pergunta aos Presidentes de Junta de Freguesia.....	30
Quadro 6. 2 - 2ª Pergunta aos Presidentes de Junta de Freguesia.....	31
Quadro 6. 3 - 3ª Pergunta aos Presidentes de Junta de Freguesia.....	31
Quadro 6. 4 - 4ª Pergunta aos Presidentes de Junta de Freguesia.....	32
Quadro 6. 5 - 5ª Pergunta aos Presidentes de Junta de Freguesia.....	32
Quadro 6. 6 - 1ª Pergunta aos Comandantes de Posto e de Esquadra.....	33
Quadro 6. 7 - 2ª Pergunta aos Comandantes de Posto e de Esquadra.....	33
Quadro 6. 8 - 3ª Pergunta aos Comandantes de Posto e de Esquadra.....	34

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3. 1 - Densidade Populacional no Distrito	11
Tabela 3. 2 - Densidade Populacional por Freguesia da Amostra	11
Tabela 6. 1 - Distribuição por localidade de residência.....	20
Tabela 6. 2 - Para si a GNR tem melhor imagem que a PSP	23
Tabela 6. 3 - Se alguém da sua família quisesse entrar para uma das forças, aconselharia a PSP em vez da GNR.....	23
Tabela 6. 4 - Considera que GNR e PSP são igualmente importantes	23
Tabela 6. 5 - Se a responsabilidade do policiamento da sua área de residência passou da GNR para a PSP, ou o contrário. Concorda com a alteração.	23
Tabela 6. 6 - Uma “Força Única” seria melhor?	24
Tabela 6. 7 - Consistência interna	26
Tabela 6. 8 - Estatísticas item-total.....	26
Tabela 6. 9 - Estatística do Teste da hipótese 1	27
Tabela 6. 10 - Ordens da hipótese 1	27
Tabela 6. 11 - Estatística do Teste da hipótese 2	27
Tabela 6. 12 - Ordens da hipótese 2	27
Tabela 6. 13 - Estatística do Teste da hipótese 3	28
Tabela 6. 14 - Ordens da hipótese 3	28
Tabela 6. 15 - Estatística do Teste da hipótese 5.....	28
Tabela 6. 16 - Ordens da hipótese 5	29
Tabela 6. 17 - Estatística do Teste da hipótese 6.....	29
Tabela 6. 18 - Teste de Tukey sobre a imagem das Forças, com cruzamento das trocas de jurisdição.	29
Tabela 6. 19 - Teste de Tukey na opinião sobre as Forças, com cruzamento das alterações de jurisdição.....	30
Tabela B. 1 - Descrição da amostra quanto ao Género.....	47
Tabela B. 2 - Descrição da amostra quanto à Localidade	47
Tabela B. 3 - Descrição da amostra quanto ao ser Militar	47
Tabela B. 4 - Descrição da amostra quanto ao ser GNR.....	47
Tabela B. 5 - Descrição da amostra quanto ao ser PSP.....	48
Tabela B. 6 - Abordados / Fiscalizados pela GNR.....	48

Tabela B. 7 - Autuações pela GNR	48
Tabela B. 8 - Apoio e Socorro pela GNR.....	48
Tabela B. 9 - Notificações pela GNR.....	48
Tabela B. 10 - Outras experiências com a GNR.....	49
Tabela B. 11 - Experiências Positivas / Negativas com a GNR	49
Tabela B. 12 - Abordados / Fiscalizados pela PSP	49
Tabela B. 13 - Autuações pela PSP	49
Tabela B. 14 - Apoio e Socorro pela PSP	49
Tabela B. 15 - Notificações pela PSP.....	50
Tabela B. 16 - Outras experiências com a PSP	50
Tabela B. 17 - Afirmação 4.1 - GNR tem melhor imagem que PSP	50
Tabela B. 18 - Afirmação 4.2 - Conselho para a PSP em vez de GNR.....	50
Tabela B. 19 - Afirmação 4.3 - GNR e PSP igualmente importantes	51
Tabela B. 20 - Afirmação 4.4 - Concorda com a Reestruturação.....	51
Tabela B. 21 - Força Única Sim ou Não	51
Tabela B. 22 - Porque Força Única trabalhava melhor	51
Tabela B. 23 - Porque Força Única era mais simples.....	52
Tabela B. 24 - Porque Força Única traria poupança de dinheiro	52
Tabela B. 25 - Porque Força Única traria poupança de recursos humanos.....	52
Tabela B. 26 - Porque Força Única traria outras vantagens	52
Tabela B. 27 - Distribuição da amostra por Jurisdição.....	52
Tabela B. 28 - Distribuição da amostra por Concelho.....	53
Tabela B. 29 - Distribuição da amostra quanto à actual força na sua freguesia	53
Tabela B. 30 - Amostra quanto à mudança de jurisdição	53
Tabela B. 31 - Distribuição da amostra quanto à idade	53
Tabela B. 32 - Tabela descritiva das idades da amostra	54
Tabela C. 1 - Presença das Forças	55
Tabela C. 2 - Estatísticas da presença das Forças.....	55
Tabela C. 3 - Tabela de cruzamento de dados quanto à presença das forças	55
Tabela C. 4 - Mudanças de jurisdição	56
Tabela C. 5 - Estatística sobre as mudanças de jurisdição.....	56
Tabela C. 6 - Experiências positivas e negativas.....	56
Tabela C. 7 - Estatística sobre experiências positivas e negativas	56
Tabela C. 8 - Diferenciação das Forças por concelho	57
Tabela C. 9 - Estatística sobre a diferenciação das forças	57
Tabela C. 10 - Frequências	57
Tabela C. 11 - Frequências por concelho	57

Tabela C. 12 - Variação da população por jurisdição	58
Tabela C. 13 - Teste de Kruskal-Wallis segundo a variação da jurisdição	58
Tabela C. 14 - Estatística da variação de jurisdição	58
Tabela C. 15 - Teste de Tukey aplicado à pergunta 4.1	59
Tabela C. 16 - Teste de Tukey aplicado à pergunta 4.2	59
Tabela D. 1 - Sumário do processamento de casos	60
Tabela D. 2 - Estatística da consistência	60
Tabela D. 3 - Estatística da consistência de cada item	60
Tabela D. 4 - Estatística da escala de consistência	60

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração S. 1 - Divisão Administrativa por municípios.....	76
Ilustração S. 2 - Divisão por tipologia das áreas urbanas	76
Ilustração S. 3 - Freguesias da amostra no Concelho de Viana	77
Ilustração S. 4 - Freguesias da amostra no Concelho de Ponte de Lima.....	77
Ilustração S. 5 - Localização dos concelhos a nível Distrital e Nacional	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Asymp. Sig.	Valor Assintótico (o mesmo que p)
col.	Colecção
ed.	Edição
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
Hab	Habitantes
INE	Instituto Nacional de Estatística
Km	Quilómetro
Km ²	Quilómetro Quadrado
N	Dimensão da Amostra
N.º	Número
NUIPC	Número Único de Identificação de Processo-crime
p	Nível de significância do Teste (Valor Assintótico)
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais)
Sr.	Senhor
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
Z	Valor corrigido do Teste de Mann-Whitney

RESUMO

O presente trabalho está subordinado ao tema: **“A importância relativa dada pelas populações às duas maiores Forças de Segurança do país: GNR e PSP”**

As Forças de Segurança têm um contacto constante com a sociedade, e o sistema dual que se encontra em Portugal, é potenciador de comparações entre forças. A imagem que as forças transmitem, tal como a importância relativa de cada uma para as populações, são factores dessa comparação.

Neste âmbito, desenvolveu-se um estudo que visa responder à pergunta de partida **“Fazem as populações do “Alto-Minho” uma diferenciação entre GNR e a PSP?”** Sendo que os principais objectivos do estudo são responder à pergunta de partida, e procurar perceber as razões das respostas obtidas, de forma a melhorar o desempenho das Forças de Segurança.

O trabalho metodologicamente consistiu na investigação documental, na análise de dados estatísticos, na observação e na realização e inquéritos por entrevista e por questionário, realizados às populações e seus representantes, e a representantes a nível local das Forças de Segurança comparadas.

Depois de analisados os dados, conclui-se que as pessoas, dentro da amostra, **não diferenciam a GNR da PSP**, nem sabem características diferenciadoras das duas Forças, sendo que a reestruturação e o contacto com estas potenciou a diferenciação, mas não o suficiente para que as populações tenham uma opinião definida.

O presente trabalho foi elaborado entre Janeiro e Março de 2009

PALAVRAS-CHAVE: GNR, PSP, IMPORTÂNCIA, OPINIÃO, REESTRUTURAÇÃO

ABSTRACT

This work is about the issue **“The relative importance given by the Portuguese population to the two most important Security Forces in our country: GNR and PSP”**.

The Security Forces have a continuous contact with our society and the dual system we have in Portugal compel us to make comparisons of the different forces. The image brought up by these Security Forces and the relative importance given by population to both of them are in fact factors of that comparison.

In this context, this study was made with the purpose to answer the following question: **“Is the population in Alto Minho pointing out the differences between the two Security Forces, GNR and PSP?”**

Besides this first main goal we would like also to understand the reasons of the eventual answers in order to improve the performance of the Security Forces within the population.

The method of this essay consists on documental research, analyses of statistic data, observation and inquiries based on interviews and quizzes applied on the population being studied and its representatives as well as to the local Security Forces representatives.

After the analyses of the information, we have come to the following conclusion: **the people inquired are not absolutely sure about the differences between PSP and GNR**, neither notice which are the real features that distinguish the two security forces in case. Although the reorganization and the daily contact have helped them to make a distinction in some ways this is not enough to establish a defined opinion.

The present work was made between January and March 2009.

KEY-WORDS: GNR, PSP, IMPORTANCE, OPINION, REORGANIZATION

EPÍGRAFE

Que a importância esteja no teu olhar, não naquilo que olhas.

André Gide

CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.1 FINALIDADE

O presente trabalho de investigação aplicada (TIA) surge no último ano do Curso de Formação de Oficiais em Ciências Militares na Especialidade de GNR – Ramo Armas ministrado na Academia Militar.

Com este trabalho procura-se desenvolver as competências de investigação, compreensão e realização de um estudo científico.

Este estudo deve ser feito, em áreas do conhecimento, onde seja produtiva a investigação, quer para o autor, quer para a instituição, nomeadamente, relacionadas com a missão geral da guarda.

É neste contexto que é apresentado este trabalho, subordinado ao tema **“A importância relativa dada pelas populações às duas maiores Forças de Segurança do país: GNR e PSP”**

1.1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Este tema foi escolhido de forma a averiguar se as populações consideram diferentes, as Forças de Segurança, ou se não as diferenciam de todo, procurando comparar as Forças num conjunto de Parâmetros que permita essa avaliação.

No contexto actual, as Forças de Segurança existentes no nosso país, foram recentemente alvo de uma reestruturação, é importante reconhecer o sentimento das populações em relação a estas forças na conjuntura actual para se saber qual é o impacto que as alterações tiveram até agora, e para se poder comparar, com um estudo que eventualmente venha a ser feito no futuro.

Para além disto é importante saber quais são as diferenças que as populações encontram nas forças de segurança, pois aí vão residir os pormenores aos quais dão mais atenção e importância. A GNR como instituição tem um contacto estreito com as populações e essas informações são essenciais no contacto com estas.

A escolha deste tema deve-se para além do interesse e curiosidade pessoal do autor nesta matéria, a tentar perceber e dar a conhecer um importante conjunto de informações de grande utilidade para a GNR.

1.1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

Estudando uma realidade tão subjectiva como é: “A importância relativa dada pelas populações às duas maiores Forças de Segurança do país: GNR e PSP”, foi necessária uma **delimitação de conteúdo**.

De imediato surgiu um problema, pois ao fazer a diferenciação de importância, temos de nos perguntar se existe uma diferenciação.

Para descobrir isso, as zonas mais interessantes para aplicação do estudo, seriam as áreas onde existiu mudança de jurisdição, entre a PSP e a GNR, pois em princípio as populações aí residentes têm uma melhor noção das diferenças entre as duas Forças, pois contactaram com ambas.

A delimitação seguinte foi uma **restrição geográfica**, sendo que foi escolhida a região do Alto-Minho, pois preenche três requisitos fundamentais na escolha da amostra:

- Não apresenta grandes discrepâncias culturais;
- Existem freguesias policiadas pela GNR, com uma densidade populacional próxima das policiadas pela PSP;
- Existiram mudanças na jurisdição entre GNR e PSP, sendo que 3 freguesias do concelho de Viana do Castelo transitaram para a PSP, e 3 freguesias do concelho de Ponte de Lima transitaram para a GNR.

As freguesias que fazem parte da amostra, no concelho de Viana do Castelo são Areosa, Meadela, Monserrate e Mazarefes, no concelho de Ponte de Lima são Arcozelo, Ribeira, Ponte de Lima e Correlhã.

As freguesias de Areosa e Meadela eram policiadas pela GNR e passaram a ser policiadas pela PSP, Monserrate já era policiada pela PSP, e Mazarefes já era policiada pela GNR.

As freguesias de Ribeira e Arcozelo eram policiadas pela PSP e passaram a ser policiadas pela GNR, Ponte de Lima já era policiada pela PSP, e Correlhã já era policiada pela GNR.

Neste contexto, foi formulado o problema de partida deste trabalho: **“Fazem as populações do “Alto-Minho” uma diferenciação entre GNR e a PSP?”**

Este problema é assim apresentado pois “Qualquer investigação tem por ponto de partida uma situação considerada como problemática, (...) que por consequência, exige uma explicação ou pelo menos uma melhor compreensão do fenómeno observado. Um problema de investigação, é uma solução, de um melhoramento ou de uma modificação” (Adebo apud. Fortin, 2003, p.48) no entanto é importante referir que será apenas um estudo exploratório, pois por diversas condicionantes, dentro das quais a grande população a estudar, se torna muito difícil de realizar um estudo de tão grande dimensão, não se optou por restringir mais o problema sob pena de perder o interesse para a instituição.

1.1.4 OBJECTIVOS

Durante a realização do trabalho foram definidos objectivos de investigação, que serão as linhas de orientação do trabalho.

Assim foi definido um objectivo geral, que será a orientação do trabalho, que estará directamente ligado à sua própria conclusão e a vários objectivos específicos, cuja prossecução visa dar resposta ao objectivo geral, para além de dar o enquadramento necessário à percepção do problema.

Assim o **objectivo geral** deste trabalho será:

- Perceber se as populações no distrito de Viana do Castelo fazem diferenciação entre GNR e PSP.

E são **objectivos específicos**:

- Definir o conceito de importância;
- Identificar a reestruturação legislada pela Portaria n.º 340-A/2007.
- Realizar uma análise do actual sistema de forças, identificando a jurisdição na área da amostra.
- Receber o *feedback* dos Comandantes de Postos da GNR e de Esquadras da PSP, nas áreas da amostra.
- Receber o *feedback* dos Presidentes de Junta de Freguesia, nas áreas da amostra.
- Analisar os resultados face aos dados estatísticos criminais nas áreas da amostra.

1.1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

De forma a responder de forma fundamentada ao problema colocaram-se algumas **perguntas de investigação**. A resposta a estas questões será o resultado imediato do trabalho de campo, entre os questionários às populações e as várias entrevistas.

- As populações consideram uma força de segurança mais importante que outra?
- Nas localidades onde existiu troca de jurisdição, existiu resistência à mudança?
- As populações fazem discriminação de importância segundo as experiências passadas?
- As populações defendem uma força de segurança única?
- As populações diferenciam a GNR e a PSP?
- A reestruturação referida na Portaria n.º 340-A/2007 teve efeitos na opinião das pessoas?

1.2 METODOLOGIA UTILIZADA

De forma a atingir os objectivos propostos, realizaram-se algumas diligências.

Fez-se a pesquisa bibliográfica de forma a melhor enquadrar o tema deste trabalho, sendo que a bibliografia disponível é insuficiente, ou de qualidade dúbia.

De forma complementar levantaram-se alguns dados estatísticos de relevância, tais como, as estatísticas criminais.

Como tal, deu-se mais relevância ao trabalho de campo, onde foi efectuado um **estudo correlacional**, onde se verifica a natureza das relações que existem entre determinadas variáveis (Fortin, 2003), foi aplicado um inquérito por questionário fechado a uma amostra das pessoas dos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima. Foram também realizadas dois tipos de inquérito por entrevista, com guiões diferenciados, um aplicado aos Comandantes de Postos da GNR e de Esquadras da PSP, e outro aplicado aos Presidentes de Junta de Freguesia, nas áreas da amostra.

A explicação da metodologia utilizada vem com mais detalhe no capítulo 5.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este estudo foi realizado formalmente de acordo com as orientações propostas pela Academia Militar (Academia Militar, 2008)

A estrutura do Trabalho está dividida em duas partes distintas. A parte I faz um enquadramento teórico do tema, apresentando uma pequena caracterização das duas forças a serem estudadas, identificando a população da área estudada e enunciando os principais conceitos usados no trabalho.

Na parte II, essencialmente prática, é apresentada a metodologia usada durante o trabalho de campo, os resultados são apresentados e discutidos no sentido de dar resposta às questões de investigação e ao problema apresentado. Por fim são apresentadas as conclusões do trabalho e algumas sugestões de forma a melhorar o conhecimento das pessoas sobre as duas forças de segurança.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 2 – PSP E GNR

2.1 ENQUADRAMENTO DA GNR¹

A Guarda Nacional Republicana segundo a sua própria Lei Orgânica é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

As características da GNR são em primeiro lugar, ser Força de Segurança com um carácter militar, mas não pertencente às Forças Armadas, encontrando-se numa posição de charneira entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Administração Interna.

Existe uma dupla dependência, estando por norma dependente do Ministério da Administração Interna, excepto em aspectos como o fardamento e equipamento em que está sobre a dependência do Ministério da Defesa Nacional. Em casos específicos² previstos legalmente, pode ser colocada sobre a dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

É uma Força de Segurança, com estatuto de força de quadrícula, pois está disseminada por todo o Território Nacional e Mar Territorial.

Pode actuar em diferentes espectros de conflitualidade, paz, crise e guerra, sendo que por norma actua como Força de Segurança, mas em caso de necessidade, sozinha ou em apoio, pode desempenhar algumas das missões das Forças Armadas.

2.2 ENQUADRAMENTO DA PSP³

A Polícia de Segurança Pública segundo a própria Lei Orgânica é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa.

A PSP é uma Força de Segurança de carácter civil, que desempenha as missões de polícia, encontrando-se sobre a dependência única do Ministro da Administração Interna.

É uma força com uma área de actuação repartida pelo território nacional, em áreas de elevada densidade populacional, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

As missões das Forças Armadas estão vedadas à PSP, em qualquer caso, mesmo em caso de crise e necessidade, nas quais tem missões próprias definidas legalmente.

¹ Ver Anexo U

² Estado de Sítio ou Guerra

³ Ver Anexo T

2.3 ENQUADRAMENTO LEGAL

2.3.1 LEI ORGÂNICA DA GNR⁴

Decorrente da Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro, que aprova a orgânica da Guarda, esta lei basilar da instituição reforça a importância deste trabalho, no Artigo 3º nº1 deste diploma, podemos ler entre outras as seguintes alíneas que se referem às atribuições da Guarda:

- a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- b) Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;
- c) Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- (...)
- p) Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;

Nas três primeiras alíneas referidas estão implícitas, as relações da Guarda com as populações e com outras forças de segurança.

Nesta última alínea referida, alínea p), está ainda mais explícita a importância deste estudo, que trata uma forma de perceber se as pessoas estão bem informadas em matéria de segurança.

2.3.1 LEI ORGÂNICA DA PSP⁵

Decorrente da Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto, que aprova a orgânica da PSP, este documento estrutural da PSP, apresenta também um conjunto de preceitos que traduzem que a opinião das pessoas é importante, tal como a sua formação em matéria de segurança.

Está explícita no Artigo 3º n.º2 a seguinte alínea:

- p) Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos.

Esta alínea, que é exactamente igual a uma já referida na Lei Orgânica da GNR, reforça também a importância das pessoas, conhecerem o sistema de segurança interna, e como funcionam as forças responsáveis pela sua segurança.

De referir que o Artigo 3º n.º2 da Lei Orgânica da PSP é igual ao Artigo 3º nº1 da Lei Orgânica da GNR, com excepção das alíneas n) em ambos documentos.

⁴ Ver Anexo Y

⁵ Ver Anexo X

2.3.2 RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 44/2007⁶

Este trabalho, elaborado durante um período de reformas políticas e estruturais na área da segurança, não se pode desvincular deste facto, sendo a Resolução aqui referida um dos seus pontos centrais.

No preâmbulo desta Resolução pode ler-se:

“Definido o modelo de segurança interna, importa agora desencadear o processo de reforma da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), tendo em vista:

- a) a sua adequada articulação;
- b) a racionalização dos seus recursos;
- c) a programação plurianual dos investimentos em infra-estruturas e equipamentos, que permitam melhorar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos e a melhoria das condições de trabalho nas forças de segurança.

A reforma é norteada por dois grandes objectivos. Em primeiro lugar, pretende-se incrementar a acessibilidade e a proximidade das forças de segurança aos cidadãos, garantindo a sua presença nos locais onde são mais requeridas, reforçando a visibilidade e valorizando o seu potencial de prevenção e de combate à criminalidade.”

Esta reforma pode influenciar de forma desconhecida os resultados do Estudo, pois teve grande influência na escolha da amostra.

2.3.3 PORTARIA N.º 340-A/2007⁷

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2007 foi aprovada a Portaria n.º 340-A/2007, que irá delimitar as situações onde a jurisdição foi alterada. Onde se pode ler o seguinte preâmbulo:

“(…) Um dos aspectos centrais da referida articulação reside na eliminação das situações de sobreposição ou de descontinuidade dos dispositivos territoriais das duas forças. Importa, por conseguinte, circunscrever as situações de partilha de freguesias entre a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública àquelas que são justificadas por elementos naturais, vias de comunicação ou pela própria descontinuidade das freguesias e eliminar as situações de descontinuidade territorial dos respectivos dispositivos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, resolvendo, simultaneamente, outras situações pontuais de desajustamento.”

No Anexo I a esta Portaria encontram-se explicitas as freguesias da amostra em que existiu mudança de jurisdição, no nº1 do Anexo, Arcozelo e Ribeira, no nº2, Meadela e Areosa.

⁶ Ver Anexo Z

⁷ Ver Anexo AA

CAPÍTULO 3 – REALIDADE LOCAL DAS POPULAÇÕES

A **população** deste estudo, são todas as pessoas que vivem no Distrito de Viana do Castelo, como tal, importa perceber e analisar o Distrito pois isso pode influenciar a opinião das pessoas, dando ao mesmo tempo o enquadramento populacional, para quando falarmos das “populações” do Distrito sabermos identificar as suas características específicas.

3.1 AS POPULAÇÕES

3.1.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO⁸

O Distrito de Viana do Castelo está no extremo Norte Litoral do território continental português, na região de Entre Douro e Minho. A Norte e Este a sua fronteira é com Espanha e é definida pelo rio Minho a norte, a Sul, faz fronteira com o distrito de Braga e é definida pelo rio Neiva, a Oeste encontra-se o Oceano Atlântico,

É o mais pequeno Distrito português. (Guia da Cidade, 2003)

3.1.2 HISTÓRIA

O Distrito de Viana do Castelo é criado por decreto de Lei de 18 de Julho de 1835, quando as fronteiras administrativas foram definidas diferentemente das fronteiras da comarca. Em 25 de Julho do mesmo ano, é nomeado o primeiro Governador Civil de Viana do Castelo, tal como para os outros distritos administrativos.

O primeiro Governador Civil do Distrito de Viana do Castelo foi Luís Cláudio de Oliveira Pimentel que exerceu este cargo até 7 de Outubro de 1836.

No entanto é importante referir que a igreja, tinha ainda muitos poderes no Distrito, através dos poderes conferidos às dioceses. E durante um período alargado a Diocese de Braga manteve a sua tutela sobre o Distrito de Viana do Castelo

O primeiro pedido dos católicos do Alto-Minho pela criação de uma diocese própria, sediada em Viana do Castelo, foi em 1545, reinava D. João II, mas o processo não se desencadeou.

⁸ Ver Anexo S

Novas propostas só voltaram a aparecer no início do século XX, repetindo-se ao longo dos anos, em 1920, 1926, 1942, 1943, 1964 e 1970 com pedidos repetidos por parte dos sacerdotes e leigos do Distrito de Viana do Castelo, estes pedidos foram tendo crescente apoio por parte da população, em 1977 foi formulado novo pedido, que obteve resposta durante o mesmo ano, pela Constituição Apostólica de 3 de Novembro, do Papa Paulo VI.

O primeiro Bispo a ser nomeado, pela mesma Constituição Apostólica que decretou a criação da Diocese, foi D. Júlio Tavares Rebimbas, Arcebispo Titular de Mitilene e Auxiliar do Patriarca de Lisboa.

A Igreja Matriz de Santa Maria Maior foi constituída em Sé Catedral e o Convento de S. Domingos, após restauro e reestruturação, tornou-se a sede dos serviços centrais diocesanos.

A área da Diocese é coincidente com o território administrativo do Distrito de Viana do Castelo. (Diácria – Multimédia, 2007)

3.1.3 CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

Viana do Castelo é um Distrito onde o sector primário tem um impacto ainda muito forte, sendo que a agricultura ainda é uma prática comum, caracterizando-se pela policultura e pelo fraccionamento extremo da propriedade, sendo de referir a produção de vinho, uma grande fonte de rendimento da região e um dos traços mais predominantes da sua paisagem.

Os rios e os seus recursos piscatórios são importantes para a região, na sua maioria ainda não poluídos, onde ainda se podem pescar sáveis, salmões, lampreias, estas últimas com grande procura.

A indústria do Distrito desenvolveu-se gradualmente, constituindo nos dias de hoje uma importante fonte de riqueza para a região, e um factor importantíssimo para o desenvolvimento económico da região. As actividades industriais com mais relevância, são a construção naval, as serrações de madeira, a indústria da celulose, o mobiliário e os têxteis. (Diácria – Multimédia, 2007)

O Turismo é também outra grande fonte de rendimento desta região, existindo uma forte componente comercial nas zonas litorais. Cada vez mais forte nesta zona é o Turismo Rural e Turismo de Habitação

3.1.4 DENSIDADE POPULACIONAL⁹

A densidade populacional no Distrito de Viana do Castelo é 113,4 Habitantes por km². Com uma população de quase 250.000 pessoas numa área de 2.220,2 km. Tal como está explícito na Tabela 3.1


Tabela 3. 1 - Densidade Populacional no Distrito

Designação	Ano	Dados
Área Total (Km2)	2001	2 220.2
Densidade Populacional (Hab/Km2)	1999	113.4
População Presente (Total)	2001	245 064
População Residente (Total)	2001	249 848

Dados do **Instituto Nacional de Estatística**.

Tal como é visível na Tabela 3.2 as Freguesias presentes na amostra têm todas, uma densidade populacional superior à do Distrito e a sua população que varia entre os 1.396 e os 8.685 habitantes, de referir que as diferenças culturais entre estas freguesias são muito diminutas.

Tabela 3. 2 - Densidade Populacional por Freguesia da Amostra



Área e População por Freguesias			
Distrito: Viana do Castelo			
Freguesia	Área (km2)	População	Densidade Popul
Areosa	14,11	4.485	317,86
Mazarefes	4,06	1.396	343,84
Meadela	8,35	8.685	1.040,12
Viana do Castelo (Monserate)	2,04	5.637	2.763,24
Arcozelo	12,08	3.932	325,50
Correihã	8,66	3.068	354,27
Ponte de Lima	1,74	2.752	1.581,61
Ribeira	8,77	1.841	209,92

Chefia do Serviço de Informática - 03-07-2003

FONTE: OrgGMR através dos dados das BTER/INE Censos 2001

3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo apresentaram-se resumidamente as duas Forças de Segurança a ser distinguidas, GNR e PSP, os seus documentos balizadores e uma breve descrição da população do Alto-Minho.

⁹ Ver Anexo S

Com esta exposição teórica pretende-se uma melhor percepção na leitura do trabalho, descrevendo a envolvente em que se insere este estudo.

De referir que grande parte das pessoas, que responderam aos inquéritos por questionário e por entrevista, ficaram curiosas e pediram esclarecimentos sobre quais as diferenças entre GNR e PSP, sendo que demonstraram também curiosidade sobre quais os possíveis resultados que seriam obtidos.

CAPÍTULO 4 – CONCEITOS RELEVANTES

4.1 DIFERENÇA

Este Conceito é relevante, pois se esperamos que as populações façam distinções, é espectável que existam diferenças.

“A temática da Diferença assomou desde a antiguidade como categoria metafísica ou explicativa, posta pela dualidade de ser e devir, de identidade e multiplicidade: na sua evolução teve pendular importância a classificação do seu sentido lógico, tematizado a partir do princípio da Identidade” (Logos, 1997).

Tendo em conta esta referência podemos afirmar que são necessárias diferenças para afirmar a própria identidade. A identidade destas instituições está em parte nas diferenças que as pessoas encontram nas Forças de Segurança ao seu serviço.

4.2 IMAGEM

A Imagem das instituições é um dos factores que contribui para a importância dada a cada uma.

“...produto ou resultado de um fenómeno psíquico que consiste na representação das coisas sensíveis, na ausência destas” (Logos, 1997).

A imagem é a representação mental da opinião das pessoas.

4.3 IMPORTÂNCIA

O termo importância, constante do título do trabalho, é uma palavra com uma grande subjectividade, este trabalho assenta sobre dois dos seus principais significados. Importância como relevância, e importância como valor.

“Aquilo que faz uma coisa ser de grande interesse, que seja digna de consideração, quer por si, quer pelas circunstâncias que a acompanham, quer pelas consequências que pode ter; qualidade de importante; relevância; (...) Dar. Ligar importância, tomar em consideração especial, dedicar interesse, atenção, achar valor particular a pessoa ou a coisa.” (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1992)

4.4 JURISDIÇÃO

A Jurisdição durante o trabalho terá como significado a área de actuação, em qual uma Força de Segurança terá a tutela.

“...Alçada; (...) Poder, autoridade, posse; (...) Faculdade de mandar, resolver, decidir no exercício de funções; área em que estas se exercem;” (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1992)

A reestruturação constante do Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2007 e regulada pela Portaria N.º 340-A/2007 refere-se à troca de jurisdição entre GNR e PSP.

4.5 OPINIÃO

A opinião é um dos factores que é medido no trabalho, pois são usadas escalas de opinião, daí a importância deste conceito.

“Em sentido rigoroso, é o juízo cuja verdade não foi ou não pode ser (...) demonstrada. Baseada em razões apenas prováveis, a adesão que lhe corresponde fica intrinsecamente afectada pelo receio de errar. (...) Enquanto o conhecimento verdadeiro é sempre acompanhado das razões que necessariamente o justificam, a Opinião pode ser determinada pela vontade, pelo sentimento ou pelo instinto. (...) Assentimento débil e falaz, ora como uma preposição susceptível de verdade ou de erro.” (Logos, 1997)

4.6 OPINIÃO PÚBLICA

Ao serem usados dados estatísticos e não uma análise de opiniões particulares, a opinião pública surge como conceito importante a definir.

“...Apresenta, (...) duas características principais: o anonimato e a natureza estatística da sua manifestação” (Polis, 1999)

Características presentes nos inquéritos por questionário deste Estudo.

“É o anonimato da Opinião Pública que faz com que os indivíduos nem sempre se reconheçam nela e que a torna susceptível de ser utilizada como dispositivo de legitimação. É por isso uma espécie de corpo sem rosto, Porque não é propriedade de ninguém, pode impor-se a todos com a força do bom senso comum.” (Polis, 1999)

4.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo apresentou-se resumidamente uma lista de conceitos relevantes para o presente estudo.

Com esta exposição teórica pretende-se uma melhor percepção na leitura do trabalho, definindo os conceitos relacionados com o tema em que se insere o estudo.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA

De forma a responder às questões de investigação, a dar resposta à pergunta de partida e a cumprir os objectivos deste estudo, o mesmo foi elaborado seguindo uma metodologia de investigação, da área das ciências sociais.

Neste Capítulo é apresentado um plano de investigação, são redigidas as hipóteses, é definido o universo de análise e foi escolhida a amostra, por fim são elencados os métodos e técnicas usadas na investigação.

5.1 O PLANO DE INVESTIGAÇÃO

O tema deste estudo é baseado no carácter de opinião. Tendo em conta que a importância é relativa para cada um, a forma escolhida para a investigação foi o inquérito por questionário aplicado às populações.

No entanto, por ser um estudo exploratório, com uma **amostra de conveniência**¹⁰, foram necessárias outras informações para sustentar e complementar os dados obtidos, como tal, optou-se por ouvir ambos os lados do sistema de opinião, representantes das instituições visadas no estudo e representantes das populações.

Realizaram-se 12 inquéritos por entrevista, 4 aplicados a comandantes locais da GNR e PSP, e 8 a Presidentes de Junta das áreas da amostra.

5.2 HIPÓTESES

Na sequência das perguntas de investigação apresentadas na introdução, foram formuladas as seguintes **hipóteses** como respostas possíveis às perguntas de investigação:

H1: As populações consideram mais importante a Força de Segurança presente na sua localidade;

H2: Existe resistência à mudança nas localidades com troca de jurisdição, que consideram a Força anterior mais importante;

¹⁰ “Neste método os casos escolhidos são os casos facilmente disponíveis” (M. Hill & A. Hill, 2005)

H3: As populações consideram a Força de Segurança, com a qual tiveram experiências positivas, mais importante, a Força de Segurança com a qual tiveram experiências negativas, menos importante;

H4: As populações defendem uma Força Única para poupança de dinheiro;

H5: As populações não fazem diferenciação entre GNR e PSP;

H6: A reestruturação referida influenciou a opinião dos inquiridos.

5.3 UNIVERSO DE ANÁLISE E ESCOLHA DA AMOSTRA

O **objecto de estudo** é a opinião das pessoas sobre as duas Forças de Segurança, ao nível do Distrito de Viana do Castelo.

Optou-se por isso mesmo, fazer um inquérito às populações, por outro lado optou-se também por inquirir entidades representativas da GNR e PSP a nível local, para além de serem realizados inquéritos por entrevista aos representantes das próprias populações, pois têm maior ligação com as forças de segurança, que as próprias.

A **população alvo** do estudo, são os habitantes do Distrito de Viana do Castelo, sendo que o seu elemento base, é cada uma das pessoas residentes no Distrito. Dadas as características do universo, não houve possibilidade de inquirir todo o universo de análise, nem um número representativo da mesma.

A **amostra** escolhida faz parte da população, sendo esta ainda restrita aos Concelhos de Viana do Castelo e de Ponte de Lima, constituída por 200 pessoas, não é totalmente representativa da população, sendo apenas feito um estudo de carácter exploratório. (Fortin, 2003)

5.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS

Na **fase exploratória** foram realizadas entrevistas não directivas que tiveram como objectivo obter uma melhor percepção acerca das opiniões típicas das pessoas sobre as Forças de Segurança, tal como perceber a realidade da reestruturação. Essas entrevistas não estão referidas no trabalho, pois apenas foram conversas informais que ajudaram na delimitação do tema, na definição da pergunta de partida e na resposta às dúvidas que iam surgindo durante a familiarização com o tema estudado.

Foi elaborado um inquérito por questionário¹¹, com um conjunto de questões de resposta fechada e uma de resposta aberta, direccionado para conseguir dar resposta aos

¹¹ Ver Apêndice A

objectivos propostos e às perguntas de investigação, apresentadas no Capítulo 1 do trabalho.

O conteúdo e estrutura do questionário tiveram por base os questionários já aplicados em “*A segurança do cidadão – O cidadão e a segurança*” de Norberto Gomes de 1997, em “*A imagem das forças de segurança: GNR e PSP: um inquérito à opinião dos estudantes universitários*” de Carlos Saldanha e Cláudia Tavares de 1995 e em “*As Forças Armadas em Tempo de Mudança*” de Luís Salgado de Matos e Mário Bacalhau de 2001.

O questionário foi aplicado por **administração directa** tal como em Quivy e Campenhoudt (2008) e teve como objectivo recolher as opiniões e experiências dos inquiridos em relação às diferenças entre a GNR e a PSP.

A resposta à maioria das questões de resposta fechada é feita através da utilização da escala de Likert segundo Carmo e Ferreira (1998), cujo conteúdo e descrição varia de pergunta a pergunta. As restantes são de escolha. A questão aberta visa questionar sobre quais as diferenças entre GNR e PSP.

Os questionários foram sujeitos a um pré-teste, que levou a algumas alterações em termos de estrutura, de forma a simplificar e diminuir o tamanho do mesmo, permitindo uma recolha de dados, correspondente com os objectivos propostos.

Os dados obtidos neste questionário foram alvo de **tratamento quantitativo**, à excepção da questão aberta que foi analisada de forma qualitativa.

O questionário, foi estruturado de forma a possibilitar a análise estatística de dados quantitativos com recurso às aplicações informáticas Microsoft Excel e SPSS.

Foram realizadas **entrevistas directivas** com base nos questionários aplicados às populações, as questões foram idênticas para os entrevistados, dentro de cada um dos dois guiões, sendo que a ordem foi mantida inalterada, constituídas por questões abertas, mas para as quais se espera uma resposta curta. (Albarelo et al., 1997)

Um instrumento complementar que foi utilizado, foi a **pesquisa documental**, mais concretamente a pesquisa de dados estatísticos. Estes foram recolhidos de fontes oficiais¹², tendo como objectivo fundamentar a discussão de resultados e apoiar as conclusões. Estes dados são relativos ao Número Único de Identificação de Processo-crime (NUIPC).

¹² GNR e PSP

CAPÍTULO 6 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

6.1 QUESTIONÁRIOS

O questionário elaborado, encontra-se no Apêndice A e para melhor compreensão da análise seguinte aconselha-se a sua consulta.

Apresenta-se em seguida a análise da amostra, a consistência interna das quatro perguntas de opinião de resposta fechada que se encontram representadas nas Tabelas de 6.2 a 6.5, pois apenas nestas era válido fazer esta análise.

Segue-se a análise das restantes perguntas que visam responder às hipóteses que se apresentam e a fazer um enquadramento do problema.

A análise à questão aberta, constante no Gráfico 6.7, que é onde efectivamente será dada a resposta à pergunta de partida é a ultima a ser apresentada de forma a melhor perceberem os resultados apresentados.

Os questionários foram entregues às pessoas em mão e entregues após o preenchimento, usando uma amostra por conveniência¹³, foram entregues dentro das juntas de freguesia das localidades, ou nas imediações.

O tratamento dos dados recolhidos nas questões de resposta fechada foi feito com recurso ao programa de análise estatística SPSS, tendo sido feito com o auxílio do Sr. José Manuel dos Santos Pereira, licenciado em Psicologia Social.

6.1.1 A AMOSTRA

Tabela 6. 1 - Distribuição por localidade de residência

Participaram no estudo 200 inquiridos equitativamente distribuídos pelos concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo. A sua distribuição por localidade de residência pode ser apreciada na Tabela nº 6.1.

	Frequência	Percentagem
Arcozelo	25	12,5
Areosa	25	12,5
Correlhã	25	12,5
Mazarefes	25	12,5
Meadela	25	12,5
Monserate	25	12,5
P. Lima	25	12,5
Ribeira	25	12,5
Total	200	100,0

¹³ “Neste método os casos escolhidos são os casos facilmente disponíveis” (M. Hill & A. Hill, 2005)

A afectação dos sujeitos por género é relativamente equilibrada embora com ligeira predominância do género masculino (56%) sobre o género feminino (44%).



Gráfico 6. 1 - Amostra quanto ao Género

A média de idades é de 44,7 anos (desvio-padrão=16,8 anos), o sujeito mais novo tem 14 anos e o mais idoso 91 anos. A distribuição dos inquiridos por escalões etários pode ser apreciada no gráfico nº 2. O escalão modal situa-se no intervalo 41-50 anos (23,8%), e os escalões etários extremos representam 2% (até 20 anos) e 6,6% (mais de 70 anos).

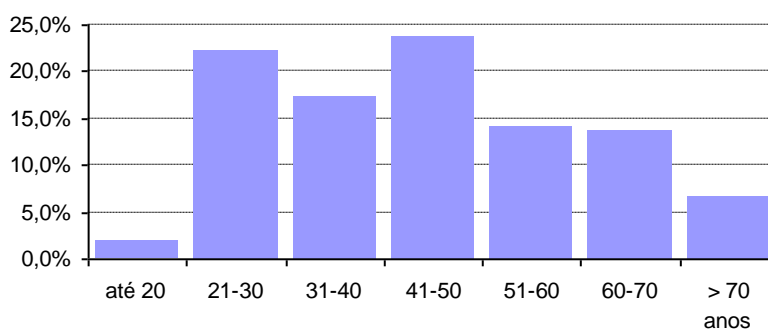


Gráfico 6. 2 - Distribuição da amostra por escalões etários

Em média os sujeitos residem há 34,8 anos no local de residência (desvio-padrão=18,3 anos), com uma variação entre 1 e 91 anos. No concelho de Ponte de Lima esta média é mais elevada (38,9 anos) do que em Viana (30,6 anos).

Trinta e dois por cento dos inquiridos já foram militares. Apenas um sujeito refere ter pertencido à GNR.

Quando se analisa os motivos pelos quais os cidadãos já tiveram contacto com as Forças de Segurança, constata-se que o principal motivo de contacto em ambas as Forças de Segurança se refere à fiscalização (GNR=54,0%; PSP=31,5%), seguindo-se depois o contacto por motivos de autuação, (GNR=23,0%; PSP=18,0%).

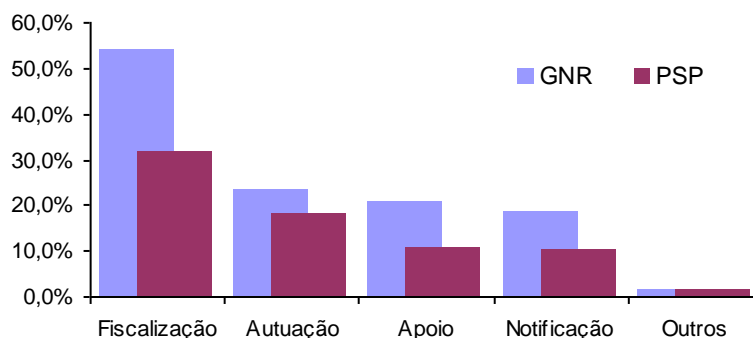


Gráfico 6.3 - Já teve contacto com as Forças de Segurança?

A análise comparativa dos motivos de contacto por concelho indica-nos que a fiscalização, independentemente da Força de Segurança, é mais referida em Ponte de Lima e a autuação em Viana, conforme se pode apreciar nos gráficos nº 4 e nº 5.

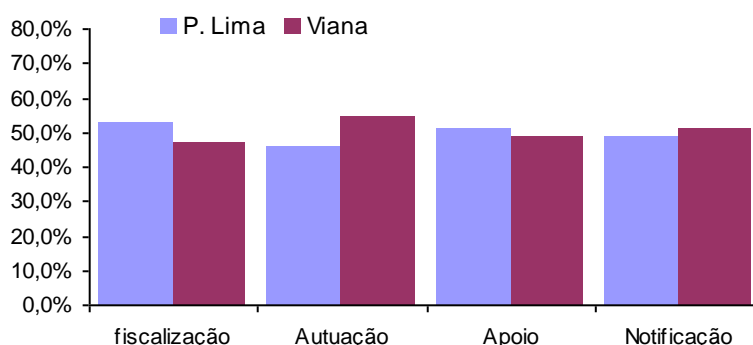


Gráfico 6.4 - Motivos do contacto com a GNR

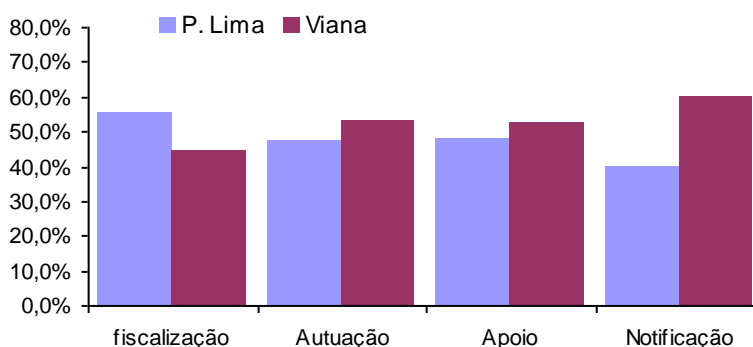


Gráfico 6.5 - Motivos do contacto com a PSP

6.1.2 Os RESULTADOS

Na apresentação dos resultados, irá ser tratada respectivamente, uma primeira parte que apresenta os resultados das quatro perguntas que usam a escala de Likert, são perguntas que têm como função tentar perceber o grau de diferenciação das duas forças para a amostra. Uma segunda parte analisa as perguntas que tentam perceber se as pessoas se mostrariam receptivas a uma Força Única. Por fim apresenta-se a análise à resposta aberta, que pergunta as diferenças entre as duas forças.

Quando inquiridos sobre qual a Força de Segurança que tem melhor imagem, 36,3% dos respondentes concordam que a GNR tem melhor imagem do que a PSP enquanto 18,2% discordam da afirmação. Uma percentagem relativamente elevada (45,5%) não se pronuncia ou considera que ambas têm a mesma imagem.

Tabela 6. 2 - Para si a GNR tem melhor imagem que a PSP

	discordo			concordo		
	totalmente	discordo	indiferente	Concordo	totalmente	Total
Freq.	11	25	90	46	26	198
%	5,6	12,6	45,5	23,2	13,1	100,0

O aconselhamento sobre a Força de Segurança que indicariam a um familiar que procurasse emprego deixa indiferente quase metade dos inquiridos (44,7%). Dos que respondem (22,8%) concordam que aconselhariam a PSP e 32,5% discordam da afirmação.

Tabela 6. 3 - Se alguém da sua família quisesse entrar para uma das forças, aconselharia a PSP em vez da GNR

	discordo			concordo		
	totalmente	Discordo	indiferente	Concordo	totalmente	Total
Freq.	18	46	88	28	17	197
%	9,1	23,4	44,7	14,2	8,6	100,0

A equivalência do grau de importância que atribuem à GNR e PSP é partilhada pela generalidade dos inquiridos (85,5%). Apenas uma pequena percentagem de 9,5% as diferencia.

Tabela 6. 4 - Considera que GNR e PSP são igualmente importantes

	discordo			concordo		
	totalmente	Discordo	indiferente	Concordo	totalmente	Total
Freq.	5	13	11	101	69	199
%	2,5	6,5	5,5	50,8	34,7	100,0

Em consonância com os dados da resposta anterior a transferência da responsabilidade do policiamento de uma força para outra deixa indiferente a maioria dos inquiridos e apenas 30,9% concordaria com essa alteração enquanto 15,8% discordariam.

Tabela 6. 5 - Se a responsabilidade do policiamento da sua área de residência passou da GNR para a PSP, ou o contrário. Concorda com a alteração.

	discordo			concordo		
	totalmente	Discordo	indiferente	Concordo	totalmente	Total
Freq.	5	19	81	40	7	152
%	3,3	12,5	53,3	26,3	4,6	100,0

Como se pode observar nas tabelas anteriores, a maioria das pessoas não faz uma distinção clara entre a GNR e a PSP, são indiferentes perante a escolha de uma das forças.

Quanto à imagem e ao conselho dado a um familiar são indiferentes, 44,5% e 44, 7% dos inquiridos, visível respectivamente nas Tabelas 6.2 e 6.3.

São indiferentes às alterações de jurisdição, 53,3% dos inquiridos, na Tabela 6.5.

Na amostra 85,5% das pessoas concordam com a igualdade de importância das duas forças, como é observável na Tabela 6.4.

A resposta à questão “*uma Força Única seria melhor?*” divide as opiniões, embora as favoráveis sejam ligeiramente superiores (54,3% versus 45,7%).

Tabela 6. 6 - Uma “Força Única” seria melhor?

	Frequência	%	% Valida	% Cumulativa
Sim	107	53,5	54,3	54,3
Não	90	45,0	45,7	100,0
Total	197	98,5	100,0	
Sem Resposta	3	1,5		
Total	200	100,0		

Os motivos que justificam os partidários da junção das duas Forças centram-se essencialmente na melhoria de operacionalidade (32%), simplicidade (20%) e poupança de recursos financeiros (15,5%) ou humanos (13,5%).

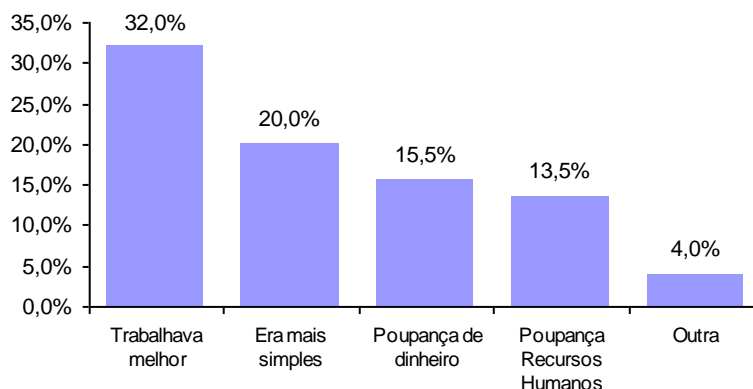


Gráfico 6. 6 - Motivos para existir uma Força Única

Quanto à questão sobre as diferenças entre a GNR e a PSP, sendo a pergunta de resposta aberta, as respostas foram variadas, dividiu-se as respostas em grupos, sendo que por vezes um só sujeito deu mais que um tipo de resposta, por isso o número de respostas, 203, é superior à amostra, 200, optou-se por fazer uma estatística descritiva enunciando os valores de frequência relativos e absolutos, apresenta-se aqui o Gráfico 6.7 que traduz os dados da estatística descritiva.

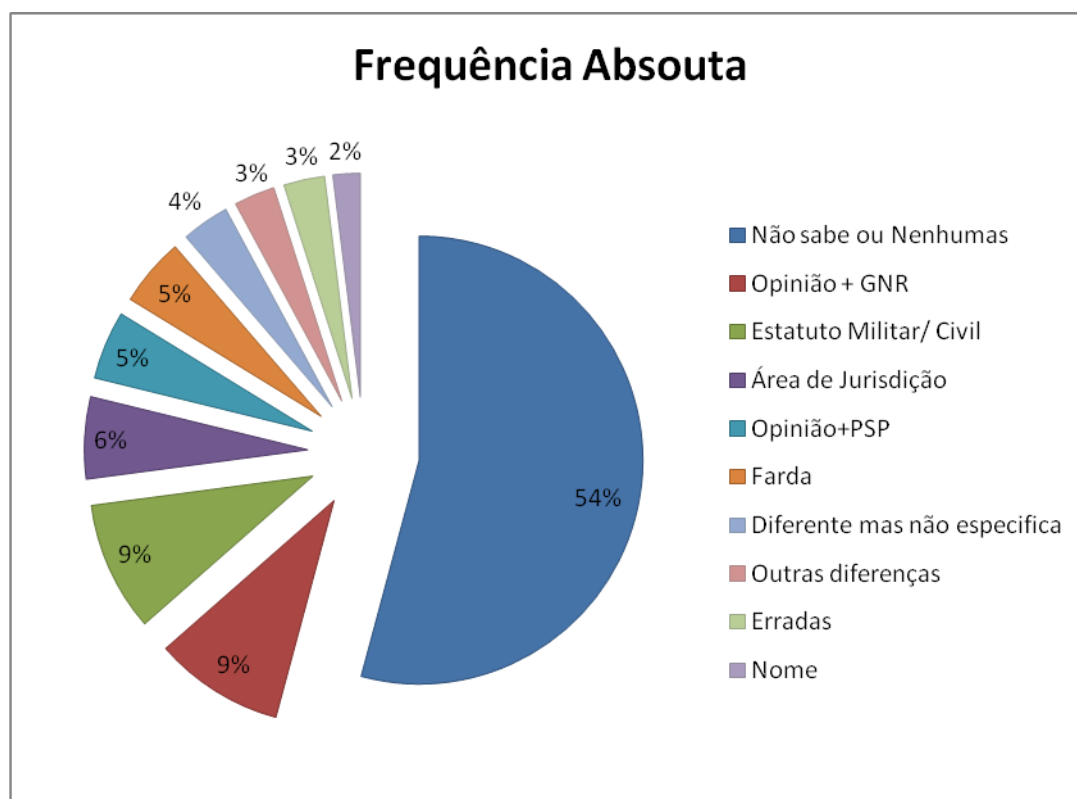


Gráfico 6. 7 - Diferenças entre GNR e PSP

Como se pode observar não há uma grande diferenciação entre as duas forças, na opinião das populações. Dos inquiridos 110 respondem que não sabem ou não existem diferenças, 19 encontram diferenças favoráveis à GNR, 19 diferenciam o estatuto militar ou civil, neste caso foram validadas duas respostas que se referiram à PSP como força militarizada, 12 referenciam as áreas de actuação diferentes, indicam a GNR nas áreas rurais ou freguesias, e a PSP nas áreas urbanas ou cidades, 10 encontram diferenças favoráveis à PSP nomeadamente no que concerne à formação, a farda como diferença também é referida por 10 vezes, 7 respostas dizem que são forças diferentes mas não especificam, 6 encontram outras diferenças que por serem variadas foram agrupadas e 4 referem como diferença o nome das instituições

6.1.3 CONSISTÊNCIA INTERNA

A consistência interna do questionário foi analisada através do coeficiente de consistência interna *Alpha* de Cronbach. O valor encontrado (.641) pode ser considerado como aceitável. Os valores de consistência se uma das questões fosse eliminada podem ser apreciados na Tabela 6.8. Como se pode comprovar a eliminação de qualquer questão não melhoraria significativamente o valor de consistência interna do questionário.

Tabela 6. 7 - Consistência interna

<i>Alpha de Cronbach</i>	Nº de Itens
,641	4

Tabela 6. 8 - Estatísticas item-total

	Média da escala se item eliminado	Variância da escala se item eliminado	Correlação item-total corrigida	<i>Alpha</i> da escala se item eliminado
P_4.1	10,12	8,105	,044	,558
P_4.2	10,81	4,393	,513	,672
P_4.3	9,77	8,230	,149	,545
P_4.4	10,60	6,197	,335	,628

6.1.4 HIPÓTESES

Para testar as hipóteses que seguidamente se formulam utiliza-se como referência para aceitar ou rejeitar a hipótese nula um nível de **significância $\alpha \leq 0,05$** . Nas hipóteses nº1, 2, 3 e 5 como se comparam dois grupos com variáveis dependentes medidas em escalas ordinais utiliza-se o teste não-paramétrico de Mann-Whitney. Na hipótese nº 6 como se está a comparar 4 grupos em variáveis dependentes medidas em escalas ordinais utiliza-se o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis. No caso de se encontrar diferenças estatisticamente significativas, como o SPSS até à versão 17.0 não possui testes de comparação múltipla *a posteriori*, procede-se como descrito em Maroco (2007). Basicamente isto consiste em ordenar a variável dependente através do procedimento Rank Cases e depois utilizar os testes de comparação múltipla *a posteriori* da Anova sobre a nova variável ordenada.

A análise estatística foi efectuada com recurso ao SPSS versão 15.0 para Windows.

Hipótese 1 - As populações consideram mais importante a Força de Segurança presente na sua localidade.

Não há diferenças estatisticamente significativas nas respostas à “questão Considera que GNR e PSP são igualmente importantes” $Z=-1,078$, $p=0,281$, embora os sujeitos que têm a PSP presente na sua localidade concordem mais com a afirmação do que os sujeitos que têm a GNR presente na sua localidade.

Tabela 6. 9 - Estatística do Teste da hipótese 1

	P_4.3
Mann-Whitney U	4055,000
Wilcoxon W	8241,000
Z	-1,078
Asymp. Sig. (2-tailed)	,281

Tabela 6. 10 - Ordens da hipótese 1

	Presença	N	Ordem média	Soma das ordens
P_4.3	PSP	97	98,20	9525,00
	GNR	91	90,56	8241,00
	Total	188		

Hipótese 2 - Existe resistência à mudança nas localidades com troca de jurisdição, que consideram a Força anterior mais importante.

Não há diferenças estatisticamente significativas nas respostas à questão “Se a responsabilidade do policiamento da sua área de residência passou da GNR para a PSP, ou o contrário. Concorde com a alteração” $Z=-1,066$, $p=0,287$.

Tabela 6. 11 - Estatística do Teste da hipótese 2

	P_4.4
Mann-Whitney U	189,500
Wilcoxon W	379,500
Z	-1,066
Asymp. Sig. (2-tailed)	,287

Tabela 6. 12 - Ordens da hipótese 2

	Mudança	N	Ordem média	Soma das ordens
P_4.4	GNR - PSP	24	23,60	566,50
	PSP - GNR	19	19,97	379,50
	Total	43		

Hipótese 3 - As populações consideram a Força de Segurança, com a qual tiveram experiências positivas, mais importante e a Força de Segurança com a qual tiveram experiências negativas, menos importante.

Não há diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos que tiveram experiências positivas e os que tiveram experiências negativas, $Z=-0,021$, $p=0,983$, relativamente ao grau de importância que atribuem à Força de Segurança. Os dados sobre as experiências foram divididos em dois grupos, sendo a divisão ambígua, optou-se por não elaborar um estudo mais profundo sobre esta hipótese, tal facto está explicado nas conclusões.

Tabela 6. 13 - Estatística do Teste da hipótese 3

	P_4.3
Mann-Whitney U	335,000
Wilcoxon W	741,000
Z	-,021
Asymp. Sig. (2-tailed)	,983

Tabela 6. 14 - Ordens da hipótese 3

	Experiencias	N	Ordem média	Soma das ordens
P_4.3	Positivas	28	26,46	741,00
	Negativas	24	26,54	637,00
	Total	52		

Hipótese 4 - As populações defendem uma Força Única para poupança de dinheiro.

A maioria dos inquiridos (53,5%) defende a existência de uma Força Única, embora os partidários da existência de duas Forças de Segurança sejam quase tão numerosos quanto os primeiros (45,0%). O principal motivo para a unificação das Forças de Segurança é a sua operacionalidade 32,5% enquanto os motivos económicos só são um argumento para uma pequena percentagem de inquiridos (13,5%).

Hipótese 5 - As populações não fazem diferenciação entre GNR e PSP.

Encontrou-se uma diferença estatisticamente significativa na resposta à questão:

“Se alguém de família quisesse entrar para uma das forças, aconselharia a PSP em vez da GNR”, em que a população de Viana do Castelo concorda significativamente mais com esta afirmação do que a população de Ponte de Lima.

Tabela 6. 15 - Estatística do Teste da hipótese 5

	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)
P_4.1	-0,006	0,99
P_4.2	-2,288	0,02*
P_4.3	-0,030	0,98

* $\leq 0,05$

Tabela 6. 16 - Ordens da hipótese 5

Questão	População	N	Ordem média	Soma das ordens
P_4.1	Viana	52	54,48	2833,00
	P. Lima	56	54,52	3053,00
	Total	108		
P_4.2	Viana	53	61,75	3273,00
	P. Lima	56	48,61	2722,00
	Total	109		
P_4.3	Viana	94	94,39	8873,00
	P. Lima	94	94,61	8893,00
	Total	188		

Em todas as restantes perguntas não houve diferenças significativas a referir, quando relacionadas segundo esta variável.

Hipótese 6 – A reestruturação referida influenciou a opinião dos inquiridos.

Encontrou-se as seguintes diferenças estatisticamente significativas:

Tabela 6. 17 - Estatística do Teste da hipótese 6

	Chi-Square	df	Asymp. Sig.
P_4.1	11,811	3	0,01 *
P_4.2	10,580	3	0,01 *
P_4.3	1,365	3	0,71
P_4.4	4,949	3	0,18

* ≤ 0,05

“Para si a GNR tem melhor imagem que a PSP”, em que as populações com Jurisdição GNR-GNR concordam mais com a afirmação do que as populações com jurisdição PSP-PSP.

Tabela 6. 18 - Teste de Tukey sobre a imagem das Forças, com cruzamento das trocas de jurisdição.

	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
PSP-PSP	28	41,16071	
GNR-PSP	27	51,68519	51,68519
PSP-GNR	29	58,36207	58,36207
GNR-GNR	24		68,56250
Sig.		,124	,135

“Se alguém de família quisesse entrar para uma das forças, aconselharia a PSP em vez da GNR”, em que as populações com Jurisdição PSP-PSP concordam mais com a afirmação do que as populações com jurisdição PSP-GNR.

Tabela 6. 19 - Teste de Tukey na opinião sobre as Forças, com cruzamento das alterações de jurisdição.

	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
PSP-GNR	28	41,60714	
GNR-GNR	31	52,77419	52,77419
GNR-PSP	27	61,29630	61,29630
PSP-PSP	23		66,91304
Sig.		,065	,281

6.2 ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas encontram-se transcritas nos Apêndices F a M e de O a R. Estão aqui apresentadas aqui as grelhas de análise.

Existiram dois guiões de interrogatório por entrevista, um, apêndice E, aplicado aos Presidentes de Junta de Freguesia pertencentes à amostra e outro, apêndice N, aplicado aos Comandantes de Posto e de Esquadra de Viana do Castelo e Ponte de Lima.

Estas entrevistas são directivas e complementam o questionário, de modo a obter uma melhor percepção dos resultados obtidos.

Em primeiro lugar analisamos as entrevistas efectuadas aos Presidentes de Freguesia, serão referenciados nas tabelas segundo o nome da freguesia que representam.

Quadro 6. 1 - 1ª Pergunta aos Presidentes de Junta de Freguesia

Questão	1- Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?
Entrevistado	
Arcozelo	Na parte urbana, as pessoas normalmente habituaram-se à PSP, mas a GNR desempenha bem as suas funções com os meios que tem.
Areosa	A PSP é melhor formada que a GNR. PSP mais perto da população.
Correlhã	Na minha opinião a população vê a GNR como uma força de intervenção nas freguesias, e a PSP como segurança da Sede de Concelho.
Mazarefes	Não vêem diferença.
Meadela	Nenhuma: são duas forças de segurança que a população vê como entidades que agem em seu benefício.
Monsserrate	PSP vocacionada para as zonas urbanas, GNR para as zonas rurais.
Ponte de Lima	É igual, mas a GNR para as zonas rurais, e a PSP para as zonas urbanas.
Ribeira	Nenhuma.

Quatro dos inquiridos, os presidentes de Arcozelo, Correlhã, Monsserrate e Ponte de Lima, prevêem que as populações vejam a PSP ligada às áreas urbanas, e a GNR às áreas rurais.

Três dos inquiridos, os presidentes de Mazarefes, Meadela e Ribeira, prevêem que as populações não encontrem diferenças entre as duas Forças.

Quadro 6. 2 - 2ª Pergunta aos Presidentes de Junta de Freguesia

Questão	2- Para a população, existe preferência por alguma? Qual?
Entrevistado	
Arcozelo	GNR.
Areosa	Pela PSP.
Correlhã	Creio que sim, pela PSP, pois em algumas situações a GNR suscita alguma desconfiança, pelo menos na freguesia da Correlhã, tendo em consideração algumas situações mais recentes.
Mazarefes	Indiferente
Meadela	Penso que a população não tem preferências, o que nós queremos é ver as autoridades a passar na freguesia, pois transmite uma sensação de segurança.
Monsserrate	Pela PSP.
Ponte de Lima	Pela PSP, pois estamos numa zona urbana.
Ribeira	Não Existe.

Quatro dos Inquiridos, os presidentes de Areosa, Correlhã, Monsserrate e Ponte de Lima, prevêem que as populações tenham preferência pela PSP, três destes, na primeira questão, consideravam que as diferenças entre as forças, para a população, eram a nível da área de actuação

Três dos Inquiridos os presidentes de Mazarefes, Meadela e Ribeira, consideram que as populações, não têm preferência por nenhuma das forças, foram os mesmos inquiridos que não previam que as populações encontrassem diferenças entre as forças.

Quadro 6. 3 - 3ª Pergunta aos Presidentes de Junta de Freguesia

Questão	3- As populações consideram que uma “Força Única” seria melhor?
Entrevistado	
Arcozelo	Sim.
Areosa	Sim
Correlhã	Para as populações, talvez sim.
Mazarefes	Não consideravam
Meadela	Penso que não, neste “período” quantas mais forças houverem melhor.
Monsserrate	Sim, em princípio.
Ponte de Lima	Sim
Ribeira	Consideram.

Quando questionados sobre a opinião das populações sobre uma hipotética “Força Única”, seis dos entrevistados, os presidentes de Arcozelo, Areosa, Correlhã, Monsserrate, Ponte de Lima e Ribeira, prevêem que as populações considerem que traria melhorias, apenas dois, os presidentes de Mazarefes e Meadela, consideram que as populações não encontrariam melhorias.

Quadro 6. 4 - 4ª Pergunta aos Presidentes de Junta de Freguesia

Questão	4- Em caso afirmativo quais as razões para essa escolha?
Entrevistado	
Arcozelo	Em determinadas situações têm dúvidas a qual das forças de segurança se devem dirigir.
Areosa	No caso de esta trabalhar melhor.
Correlhã	Haveria um trabalho em conjunto onde as duas forças defenderiam as mesmas causas.
Mazarefes	_____
Meadela	_____
Monsserrate	Recursos Financeiros Menor Burocracia, entre outros.
Ponte de Lima	Poupança de Recursos Humanos, com um só comando.
Ribeira	Era mais simples. A abordagem à autoridade era mais fácil.

Nesta questão os inquiridos variam muito a sua resposta, sendo apenas de realçar, que dois dos entrevistados, os presidentes de Arcozelo e Ribeira, que são duas freguesias onde existiu troca de jurisdição, consideram que a abordagem à autoridade seria mais simplificada.

Quadro 6. 5 - 5ª Pergunta aos Presidentes de Junta de Freguesia

Questão	5- Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?
Entrevistado	
Arcozelo	Concordam para que haja mais segurança, em todas as áreas, principalmente em casos de roubos. Desde que exista respeito por todos.
Areosa	Aperceberam-se e concordam com ela.
Correlhã	Creio que as populações, não se aperceberam da reestruturação.
Mazarefes	Não se aperceberam.
Meadela	As populações não se aperceberam destes factos, o que querem é segurança.
Monsserrate	Foram indiferentes à troca.
Ponte de Lima	Em Ponte de Lima não se aperceberam, pois não houve trocas.
Ribeira	Não se aperceberam, já existiam as duas Forças na freguesia.

Nessa 5ª questão, é importante referir novamente que em quatro freguesias desta amostra, não houve troca de jurisdição, por isso é normal que Correlhã, Mazarefes, Monsserrate e Ponte de Lima, apontem as populações como indiferentes à troca.

No entanto nas restantes quatro, que foi onde efectivamente ocorreram trocas de jurisdição, dois inquiridos, os presidentes de Arcozelo e Areosa referem que as populações se aperceberam da troca, e que concordam com ela, e outros dois, Meadela e Ribeira, acreditam que as pessoas não repararam na troca de jurisdição.

Em seguida analisa-se as respostas, do segundo guião de inquérito por entrevista, este foi aplicado aos comandantes de Posto e de Esquadra de Viana do Castelo e de Ponte de Lima, no caso da Esquadra de Viana do Castelo, a entrevista foi respondida pelo seu superior imediato o Intendente José Martins Cruz, Comandante da Divisão de Viana do Castelo.

Tal como nas tabelas anteriores, os entrevistados serão referenciados pelo local que comandam.

Quadro 6. 6 - 1ª Pergunta aos Comandantes de Posto e de Esquadra

Questão	Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?
Entrevistado	
Esquadra de Ponte de Lima	Não me parece que haja qualquer diferença. As funções são as mesmas.
Posto de Ponte de Lima	As populações gostam mais do trabalho da GNR Valorizam o trabalho da GNR, sabendo que têm menos efectivos e mais área de policiamento, que é mais disperso. A PSP faz um Policiamento mais concentrado.
Esquadra de Viana do Castelo	Na visão das populações, que desconheço, não deve haver diferença entre estas, sob segurança da GNR ou da PSP. Ambas as forças têm como missão proteger e cumprir a lei.
Posto de Viana do Castelo	GNR impõe mais respeito que PSP, pois tem uma postura mais rígida, sem deixar de ser educada na actuação. GNR actua mais e de forma mais rápida.

Quando questionados acerca das diferenças entre GNR e PSP, na visão da população, os comandantes da GNR, referem uma diferença de opinião a favor da GNR, os comandantes da PSP, prevêem uma que as populações não encontrem diferenças.

Quadro 6. 7 - 2ª Pergunta aos Comandantes de Posto e de Esquadra

Questão	Quais as diferenças mais notórias na troca de jurisdição? Foi mais ao nível de efectivos, áreas, meios ou outras?
Entrevistado	
Esquadra de Ponte de Lima	A principal diferença nas trocas de jurisdição foi a nível de área.
Posto de Ponte de Lima	Aumento de População nas áreas da GNR, tal como registos de ocorrências, com maior incidência no crime. Aumento de pontos sensíveis, tal como, todos os postos de combustível, estabelecimentos de diversão nocturna e comerciais. Diminuição de Efectivos
Esquadra de Viana do Castelo	A grande diferença é que a PSP passou a dar segurança a mais 100% de pessoas com menos efectivo. O Arranjo foi recorrer ao projecto de proximidade "O Polícia do meu bairro"
Posto de Viana do Castelo	O Posto teve redução de efectivos, ao ser reduzida a área de actuação. Os meios são os mesmos que antes da reestruturação...

Nesta pergunta, de realçar que o Posto da GNR de Ponte de Lima e a Esquadra da PSP de Viana do Castelo que viram as suas áreas de actuação aumentar, referem ambas que o seu efectivo foi diminuído.

Quadro 6. 8 - 3ª Pergunta aos Comandantes de Posto e de Esquadra

Questão Entrevistado	Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?
Esquadra de Ponte de Lima	Parece-me que a grande maioria das populações não se apercebeu da reestruturação. Aqueles que se aperceberam demonstraram não concordar.
Posto de Ponte de Lima	Sim, e concordam, sendo caso especial Arcozelo, onde inicialmente existiu resistência à mudança, com preocupação pela diminuição da visibilidade policial.
Esquadra de Viana do Castelo	Algumas aperceberam-se, outras nem tanto. Acho que nem concordam nem discordam, ter segurança por GNR ou PSP, querem é ter segurança.
Posto de Viana do Castelo	Não se aperceberam, nos meses iniciais iam à GNR por engano, mas ao longo do tempo foram-se apercebendo. No Início houve alguma resistência, mas depois habituaram-se.

Na opinião de ambos comandantes de Posto da GNR, referem que existiu uma habituação progressiva.

6.3 DADOS ESTATÍSTICOS

Para responder ao problema de partida e às perguntas de investigação e concretizar os objectivos deste trabalho, teve que se fazer a pesquisa e interpretação de alguns dados estatísticos.

Esses dados são as estatísticas criminais da zona da amostra, desde já e antes de apresentar os dados, é necessário esclarecer que devido a diferenças de actuação operacional, os dados recolhidos nas duas instituições, não se correspondem fielmente, isto porque a GNR atribui um NUIPC a todos os crimes, e a PSP apenas atribui NUIPC se o crime for passível de procedimento judicial.

Há que referir que a partir de 1 de Abril de 2007 em Viana do Castelo a área da GNR diminuiu e a da PSP aumentou, tal como o número de habitantes nas suas áreas, em Ponte de Lima a área da GNR aumentou e a da PSP diminui, tal como o número de habitantes.

O Gráfico seguinte mostra as progressões de n.º de NUIPC ao longo dos anos, 2005, 2006, 2007 e 2008

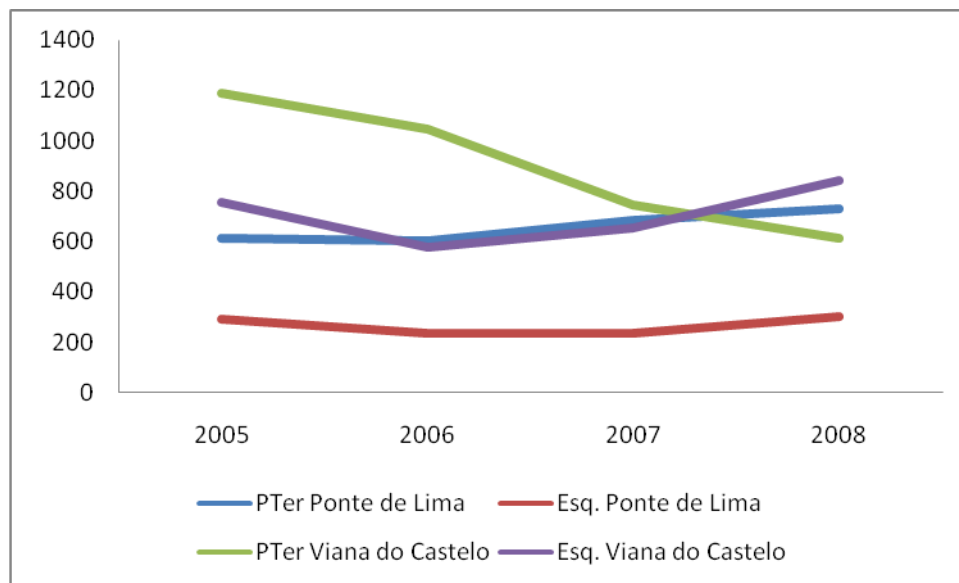


Gráfico 6. 8 - Evolução dos NUIPC do ano 2005 a 2008

Analisando o gráfico, em Ponte de Lima, não há alterações significativas ao número de NUIPC, em Viana de referir o decréscimo de NUIPC no Posto Territorial de Viana do Castelo e o aumento na Esquadra da PSP, sendo que tal facto se deve em parte, à troca de jurisdição.

CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES

As pessoas na sua maioria **não diferenciam** a GNR e a PSP no Distrito de Viana do Castelo.

Esta é a principal conclusão deste trabalho, não se deve no entanto extrapolar esta conclusão, pois apenas se trata de um estudo exploratório, apenas são levantadas as principais possibilidades, sendo confirmadas apenas dentro da amostra.

Durante as conclusões não se refere o facto repetidamente, sendo que as conclusões apenas e só têm validade dentro da amostra.

As pessoas na sua maioria **são indiferentes** à força responsável pela sua segurança, não sabem as suas características nem as suas missões. Os restantes têm apenas uma noção vaga do que caracteriza a Força de Segurança e o que a diferencia, sabem que a PSP está nas zonas urbanas, ou que a GNR é militar.

Nem por uma só vez foram referidas as dependências das duas forças, sendo um factor estrutural **desconhecido para as pessoas**, no entanto é importantíssimo para entender as diferenças entre ambas as Forças.

As entrevistas levaram a respostas bastante variadas, o que demonstra uma **grande incerteza** quanto à opinião das pessoas.

As pessoas na generalidade, **não têm uma opinião** formada acerca de uma possível Força Única, dado que as pessoas dividem as suas opiniões, pois não foi dada a hipótese de demonstrarem indiferentes.

O objectivo principal desta questão seria descobrir em que aspectos as pessoas gostariam de ver alterações nas Forças de Segurança. Perto de um terço das respostas indicaram trabalhar melhor, por isso podemos dizer que as populações esperam ver **melhorias na eficácia** das Forças de Segurança.

As pessoas na grande parte dos factores analisados, **não fazem distinção** entre a GNR e a PSP, apenas uma pequena parte da população tem uma noção quanto à estrutura militar e civil, e mesmo quanto à área de actuação, mas a grande parte nem conhecem as características mais básicas de cada uma.

A reestruturação foi um factor diferenciador entre as forças, mas mesmo em contacto com as duas Forças não existe uma alteração significativa nas características particulares de cada uma das Forças. Sendo que apenas existe uma melhoria das opiniões a favor da Força que mais recentemente actua na área.

7.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES INICIALMENTE FORMULADAS

H1: As populações consideram mais importante a Força de Segurança presente na sua localidade; Esta hipótese não se verifica, sendo que a maioria das pessoas considera GNR e PSP igualmente importantes, e não se verifica uma variação dependendo da jurisdição, **sendo indiferentes** quanto à Força que policia a sua área de residência.

H2: Existe resistência à mudança nas localidades com troca de jurisdição, que consideram a Força anterior mais importante; Esta hipótese também não se verifica, sendo que não há diferenças significativas quando questionados quanto à troca de jurisdição. As opiniões sobre a troca de jurisdição são **representativas de indiferença**, quanto à Força policial.

H3: As populações consideram a Força de Segurança, com a qual tiveram experiências positivas, mais importante, e a Força de Segurança com a qual tiveram experiências negativas, menos importante; Não se pode confirmar esta hipótese, devido à divisão entre boas e más experiências, que são termos ambíguos, representativos dos grupos de escolha, pois uma autuação, por norma uma má experiência, pode influenciar positivamente a opinião das pessoas, pois a partir daquele momento, podem considerar a Força como mais cumpridora. Como tal não se pode concluir nada através dos dados obtidos para esta hipótese.

H4: As populações defendem uma Força Única para poupança de dinheiro; Esta hipótese foi refutada, embora as pessoas defendam a Força Única por uma diferença mínima, poupança de recursos económicos não parece ser a sua principal preocupação mas sim a **eficácia das Forças**.

H5: As populações não fazem diferenciação entre GNR e PSP; Tal como foi dito as pessoas **não fazem diferenciação**, existindo uma grande percentagem de respostas indiferentes no entanto é de referir que em Viana do Castelo significativamente mais pessoas aconselham a PSP sobre a GNR, do que no concelho de Ponte de Lima. O que querará dizer que em Viana as pessoas se identificam mais com a PSP, e em Ponte de Lima, mais com a GNR, no entanto esta lógica não se mantém nas restantes perguntas.

H6: A reestruturação referida influenciou a opinião dos inquiridos. Esta hipótese foi confirmada, nas freguesias onde não houve reestruturação, a opinião sobre a imagem é favorável à Força presente na localidade em questão, nas freguesias onde houve reestruturação as pessoas têm uma opinião mais distribuída, logo a **reestruturação trouxe um reforço positivo de imagem** para a nova Força a actuar na freguesia.

7.2 SUGESTÕES

Face ao **desconhecimento e à indiferença** das populações não há soluções rápidas e 100% eficazes, é um processo que demora anos a ser implementado devidamente.

As formas mais rápidas são campanhas publicitárias, que condicionam a opinião das pessoas, por exemplo poderia ser desencadeada uma campanha publicitária, para desmistificar a GNR, com frases chave do género: “O GNR não é o Bicho Papão, é o amigo do cidadão”; “GNR é Militar, lutamos para vos ajudar”; “GNR ao seu lado e o ladrão enjaulado”;

Uma reportagem num Telejornal sobre as diferenças entre GNR e a PSP, também poderia ser elucidativo para as pessoas e como têm grandes audiências, chegar a grande parte da população.

Campanhas de sensibilização locais, em conjunto com as juntas de freguesia, onde se alerte para os problemas mais prementes da região, furtos, burlas, violência doméstica, ou outras questões de segurança.

No entanto para construir uma imagem sólida será necessário mais tempo, essa imagem irá ter de assentar sobre uma **imagem de aprumo, atavio, boa educação e formação adequada**.

É necessária uma **sensibilização permanente dos militares**, para uma boa relação com a sociedade, desde a sua formação até à sua saída do activo.

7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

A principal limitação na elaboração deste TIA foi a falta de conhecimento anterior sobre o tema, a bibliografia existente é reduzida e a que existe versa sobre conteúdos aproximados, mas não com uma especificidade tão grande como a que caracteriza este TIA, que se envolve em questões de opinião e importância, termos, que para além de um pouco subjectivos em si, têm inerente a subjectividade própria de quem valoriza a opinião ou a escala de importância.

Optou-se por não reduzir mais a amostra, pois o tema tem inerente o objectivo de conhecer a opinião da generalidade das pessoas, sendo por isso a população estudada muito numerosa, o que impossibilitou, com os meios à disposição, um estudo representativo da mesma.

O Tema inicial do TIA tinha um erro estrutural de base, por incluir a Polícia Judiciária (PJ) como Força de Segurança, sendo que posteriormente foi alterado, mas condicionou inicialmente a investigação.

Outra grande limitação é a existência de normas para a realização do TIA, muito incompletas, sendo o investigador obrigado a socorrer-se de outras publicações para colmatar as muitas lacunas.

7.4 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

No decorrer da elaboração deste trabalho surgiram algumas questões cujo estudo será pertinente, tal como **“A distinção entre GNR e PSP por parte das populações é importante no cumprimento da sua missão geral?”**

Um estudo que seria importante realizar seria: **“Quais as vantagens e desvantagens da implementação de uma Força Única em Portugal?”**

Mas seria igualmente interessante alargar este estudo a nível nacional, de forma a saber se **“A população portuguesa diferencia a GNR da PSP?”**

**Na vida, nada se resolve, tudo continua. Permanecemos na incerteza;
e chegaremos ao fim sem sabermos com o que podemos contar**

André Gide

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Academia Militar (2008), *Orientações para redacção de trabalhos*, Academia Militar, Lisboa.

Albarelo, L; Digneffe, F; Hiernaux, J. P.; Maroy, C; Ruquoy, D; Saint-Georges, P. (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa

Carmo, Hermano & Ferreira, Manuela M, (1998), *Metodologia da Investigação Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta

Fortin, M. F. (2003). *O Processo de Investigação – Da concepção à Realização* (3ª ed.), Lusociência, Loures

Hill, M. M.; Hill, A. (2005) (2ª ed.) – *Investigação por questionário*, Lisboa, Sílabo

Maroco, J. (2007) *Análise Estatística com a utilização do SPSS*. 3ª Ed. Sílabo. Lisboa.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008) (3ª ed.), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Traduzido por João M. Marques, Maria A. Mendes, Maria CARVALHO, col. «Trajectos», Lisboa, Gradiva

Sarmento, Manuela (2008), *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora

TESES E OUTROS TRABALHOS

Gomes, Norberto José Fernandes (1997), *A Segurança do Cidadão – O Cidadão e a Segurança*, Dissertação Final de Licenciatura, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Saldanha, Carlos & Cláudia Tavares (1995), *A imagem das forças de segurança: GNR e PSP: um inquérito à opinião dos estudantes universitários*, Trabalho de Seminário do Curso de Comunicação Social – ISCSP, Lisboa

LEGISLAÇÃO

Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto – Lei Orgânica da PSP

Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro – Lei Orgânica da GNR

Resolução do Conselho de Ministros N.º 44/2007 – Estabelece reformas a efectuar na GNR e PSP

Portaria n.º 340-A/2007 – Estabelece as alterações de jurisdição entre GNR e PSP

LIVROS

Matos, Luís Salgado & Bacalhau, Mário (2001), *As Forças Armadas em Tempo de Mudança*, Lisboa, Edições Cosmos

SÍTIOS DA INTERNET

Guarda Nacional Republicana

<http://www.gnr.pt>

Acedido a 26 de Fevereiro de 2009

Instituto Nacional de Estatística

<http://www.ine.pt>

Acedido a 23 de Janeiro de 2009

Ministério da Administração Interna

<http://www.mai.gov.pt>

Acedido a 25 de Fevereiro

Polícia de Segurança Pública

<http://www.psp.pt>

Acedido a 26 de Fevereiro de 2009

Guia da Cidade (2003), *Distrito de Viana do Castelo*, acedido a 23 Janeiro, 2009, em <http://www.guiadacidade.pt/portugal/index.php>

Diácria – Multimédia (2007), *Distritos: Viana do Castelo*, acedido a 23 Janeiro, 2009, em <http://portugal.veraki.pt/distritos/distritos.php>

OUTROS DOCUMENTOS

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1992), Lisboa/ Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada

Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia (1997), Lisboa/ São Paulo, Editorial Verbo

Polis, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado (1999), Lisboa, Verbo

APÊNDICES

APÊNDICE A : Questionário

Importância GNR vs PSP

Este é um questionário que visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP.

Responda o mais sinceramente possível tendo em conta que este questionário é totalmente confidencial e não terá outro uso para além do indicado.

Género: M ☐ F ☐

Idade: _____

Vive em _____ (Localidade) Há Quantos anos? _____

É ou Foi: Militar ☐ GNR ☐ PSP ☐

Já teve contacto com as Forças de Segurança?

		GNR	PSP
Fiscalização ou Abordagem			
Autuação			
Apoio e Socorro			
Notificação			
Outros			

Na sua opinião, quais são as diferenças entre GNR e PSP?

Para si a GNR tem melhor imagem que a PSP.

Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente

Se alguém de família quisesse entrar para uma das forças, aconselharia a PSP em vez da GNR.

Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente

Considera que GNR e PSP são igualmente importantes.

Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente

Se a responsabilidade do policiamento da sua área de residência passou da GNR para a PSP, ou o contrário. Concorda com a alteração.

Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente

Uma “Força Única” seria melhor? Sim ☐ Não ☐

Se Sim, Porquê? ☐ Trabalhava melhor

☐ Era mais simples

☐ Poupança de dinheiro

☐ Poupança de recursos humanos

☐ Outra: _____

Obrigado pela sua colaboração

Gabriel Miranda Barbosa

APÊNDICE B : Resultados do Questionário

Frequências e Tabelas de frequência resultantes do questionário.

Tabela B. 1 - Descrição da amostra quanto ao Género

		Género			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	masculino	112	56,0	56,0	56,0
	feminino	88	44,0	44,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Tabela B. 2 - Descrição da amostra quanto à Localidade

		Localidade			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Arcozelo	25	12,5	12,5	12,5
	Areosa	25	12,5	12,5	25,0
	Correlhã	25	12,5	12,5	37,5
	Mazarefes	25	12,5	12,5	50,0
	Meadela	25	12,5	12,5	62,5
	Monserate	25	12,5	12,5	75,0
	P. Lima	25	12,5	12,5	87,5
	Ribeira	25	12,5	12,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Tabela B. 3 - Descrição da amostra quanto ao ser Militar

		Militar			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	64	32,0	100,0	100,0
Missing	System	136	68,0		
	Total	200	100,0		

Tabela B. 4 - Descrição da amostra quanto ao ser GNR

		GNR			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	5	2,5	100,0	100,0
Missing	System	195	97,5		
	Total	200	100,0		

Tabela B. 5 - Descrição da amostra quanto ao ser PSP

PSP		Frequency	Percent
Missing	System	200	100,0

Tabela B. 6 - Abordados / Fiscalizados pela GNR

G_fiscal		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	108	54,0	100,0	100,0
Missing	System	92	46,0		
Total		200	100,0		

Tabela B. 7 - Autuações pela GNR

G_Autuacao		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	46	23,0	100,0	100,0
Missing	System	154	77,0		
Total		200	100,0		

Tabela B. 8 - Apoio e Socorro pela GNR

G_apoio		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	41	20,5	100,0	100,0
Missing	System	159	79,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 9 - Notificações pela GNR

G_notifica		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	37	18,5	100,0	100,0
Missing	System	163	81,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 10 - Outras experiências com a GNR

G_outros		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	3	1,5	100,0	100,0
Missing	System	197	98,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 11 - Experiências Positivas / Negativas com a GNR

Experiencias		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	positivas	28	14,0	52,8	52,8
	negativas	25	12,5	47,2	100,0
	Total	53	26,5	100,0	
Missing	System	147	73,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 12 - Abordados / Fiscalizados pela PSP

P_fiscal		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	63	31,5	100,0	100,0
Missing	System	137	68,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 13 - Autuações pela PSP

P_Autuacao		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	36	18,0	100,0	100,0
Missing	System	164	82,0		
Total		200	100,0		

Tabela B. 14 - Apoio e Socorro pela PSP

P_apoio		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	21	10,5	100,0	100,0
Missing	System	179	89,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 15 - Notificações pela PSP

P_notifica		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	20	10,0	100,0	100,0
Missing	System	180	90,0		
Total		200	100,0		

Tabela B. 16 - Outras experiências com a PSP

P_outros		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	3	1,5	100,0	100,0
Missing	System	197	98,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 17 - Afirmação 4.1 - GNR tem melhor imagem que PSP

P_4.1		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	discordo totalmente	11	5,5	10,2	10,2
	discordo	25	12,5	23,1	33,3
	concordo	46	23,0	42,6	75,9
	concordo totalmente	26	13,0	24,1	100,0
	Total	108	54,0	100,0	
Missing	indiferente	90	45,0		
	System	2	1,0		
	Total	92	46,0		
Total		200	100,0		

Tabela B. 18 - Afirmação 4.2 - Conselho para a PSP em vez de GNR

P_4.2		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	discordo totalmente	18	9,0	16,5	16,5
	discordo	46	23,0	42,2	58,7
	concordo	28	14,0	25,7	84,4
	concordo totalmente	17	8,5	15,6	100,0
	Total	109	54,5	100,0	
Missing	indiferente	88	44,0		
	System	3	1,5		
	Total	91	45,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 19 - Afirmação 4.3 - GNR e PSP igualmente importantes

P_4.3

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	discordo totalmente	5	2,5	2,7	2,7
	discordo	13	6,5	6,9	9,6
	concordo	101	50,5	53,7	63,3
	concordo totalmente	69	34,5	36,7	100,0
	Total	188	94,0	100,0	
Missing	indiferente	11	5,5		
	System	1	,5		
	Total	12	6,0		
Total		200	100,0		

Tabela B. 20 - Afirmação 4.4 - Concorda com a Reestruturação

P_4.4

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	discordo totalmente	5	2,5	7,0	7,0
	discordo	19	9,5	26,8	33,8
	concordo	40	20,0	56,3	90,1
	concordo totalmente	7	3,5	9,9	100,0
	Total	71	35,5	100,0	
Missing	indiferente	81	40,5		
	System	48	24,0		
	Total	129	64,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 21 - Força Única Sim ou Não

P_5.1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	107	53,5	54,3	54,3
	não	90	45,0	45,7	100,0
	Total	197	98,5	100,0	
Missing	System	3	1,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 22 - Porque Força Única trabalhava melhor

P_5.2

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	64	32,0	100,0	100,0
Missing	System	136	68,0		
Total		200	100,0		

Tabela B. 23 - Porque Força Única era mais simples

P_5.3

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	40	20,0	100,0	100,0
Missing	System	160	80,0		
Total		200	100,0		

Tabela B. 24 - Porque Força Única traria poupança de dinheiro

P_5.4

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	31	15,5	100,0	100,0
Missing	System	169	84,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 25 - Porque Força Única traria poupança de recursos humanos

P_5.5

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	27	13,5	100,0	100,0
Missing	System	173	86,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 26 - Porque Força Única traria outras vantagens

P_5.6

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	8	4,0	100,0	100,0
Missing	System	192	96,0		
Total		200	100,0		

Tabela B. 27 - Distribuição da amostra por Jurisdição

Jurisdição

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	GNR-GNR	50	25,0	25,0	25,0
	GNR-PSP	50	25,0	25,0	50,0
	PSP-GNR	49	24,5	24,5	74,5
	PSP-PSP	51	25,5	25,5	100,0
Total		200	100,0	100,0	

Tabela B. 28 - Distribuição da amostra por Concelho

Concelho		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	P. Lima	100	50,0	50,0	50,0
	Viana	100	50,0	50,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Tabela B. 29 - Distribuição da amostra quanto à actual força na sua freguesia

Presença		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	PSP	101	50,5	50,5	50,5
	GNR	99	49,5	49,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Tabela B. 30 - Amostra quanto à mudança de jurisdição

Mudança		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	GNR - PSP	50	25,0	50,5	50,5
	PSP - GNR	49	24,5	49,5	100,0
	Total	99	49,5	100,0	
Missing	System	101	50,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 31 - Distribuição da amostra quanto à idade

Idade_grp		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	até 20 anos	4	2,0	2,0	2,0
	21-30	44	22,0	22,3	24,4
	31-40	34	17,0	17,3	41,6
	41-50	47	23,5	23,9	65,5
	51-60	28	14,0	14,2	79,7
	61-70	27	13,5	13,7	93,4
	> 70	13	6,5	6,6	100,0
	Total	197	98,5	100,0	
Missing	System	3	1,5		
Total		200	100,0		

Tabela B. 32 - Tabela descritiva das idades da amostra

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Idade	198	14	91	44,74	16,851
Tempo	193	1	91	34,86	18,303
Valid N (listwise)	191				

APÊNDICE C : Resultados do Questionário com cruzamento de variáveis

Foram feitos cruzamentos de variáveis de modo a poder confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas. Foram feitos os testes Não - Paramétricos de Mann-Whitney, Kruskal-Wallis, e Tukey constantes no SPSS versão 15.

Hipótese 1

Tabela C. 1 - Presença das Forças

Ranks				
	Presença	N	Mean Rank	Sum of Ranks
P_4.3	PSP	97	98,20	9525,00
	GNR	91	90,56	8241,00
	Total	188		

Tabela C. 2 - Estatísticas da presença das Forças

Test Statistics ^a	
	P_4.3
Mann-Whitney U	4055,000
Wilcoxon W	8241,000
Z	-1,078
Asymp. Sig. (2-tailed)	,281

a. Grouping Variable: Presença

Tabela C. 3 - Tabela de cruzamento de dados quanto à presença das forças

Presença * P_4.3 Crosstabulation							
			P_4.3				Total
			discordo totalmente	discordo	concordo	concordo totalmente	
Presença	PSP	Count	0	4	57	36	97
		% within Presença	,0%	4,1%	58,8%	37,1%	100,0%
		% within P_4.3	,0%	30,8%	56,4%	52,2%	51,6%
		% of Total	,0%	2,1%	30,3%	19,1%	51,6%
	GNR	Count	5	9	44	33	91
		% within Presença	5,5%	9,9%	48,4%	36,3%	100,0%
		% within P_4.3	100,0%	69,2%	43,6%	47,8%	48,4%
		% of Total	2,7%	4,8%	23,4%	17,6%	48,4%
Total	Count	5	13	101	69	188	
	% within Presença	2,7%	6,9%	53,7%	36,7%	100,0%	
	% within P_4.3	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	2,7%	6,9%	53,7%	36,7%	100,0%	

Hipótese 2

Tabela C. 4 - Mudanças de jurisdição

Ranks				
Mudança		N	Mean Rank	Sum of Ranks
P_4.4	GNR - PSP	24	23,60	566,50
	PSP - GNR	19	19,97	379,50
	Total	43		

Tabela C. 5 - Estatística sobre as mudanças de jurisdição

Test Statistics ^a	
	P_4.4
Mann-Whitney U	189,500
Wilcoxon W	379,500
Z	-1,066
Asymp. Sig. (2-tailed)	,287

a. Grouping Variable: Mudança

Hipótese 3

Tabela C. 6 - Experiências positivas e negativas

Ranks				
Experiencias		N	Mean Rank	Sum of Ranks
P_4.3	positivas	28	26,46	741,00
	negativas	24	26,54	637,00
	Total	52		

Tabela C. 7 - Estatística sobre experiências positivas e negativas

Test Statistics ^a	
	P_4.3
Mann-Whitney U	335,000
Wilcoxon W	741,000
Z	-,021
Asymp. Sig. (2-tailed)	,983

a. Grouping Variable: Experiencias

Hipótese 5

Tabela C. 8 - Diferenciação das Forças por concelho

Ranks				
VAR00004		N	Mean Rank	Sum of Ranks
P_4.1	Viana	52	54,48	2833,00
	P. Lima	56	54,52	3053,00
	Total	108		
P_4.2	Viana	53	61,75	3273,00
	P. Lima	56	48,61	2722,00
	Total	109		
P_4.3	Viana	94	94,39	8873,00
	P. Lima	94	94,61	8893,00
	Total	188		

Tabela C. 9 - Estatística sobre a diferenciação das forças

Test Statistics ^a			
	P_4.1	P_4.2	P_4.3
Mann-Whitney U	1455,000	1126,000	4408,000
Wilcoxon W	2833,000	2722,000	8873,000
Z	-,006	-2,288	-,030
Asymp. Sig. (2-tailed)	,995	,022	,976

a. Grouping Variable: VAR00004

Hipótese 6

Tabela C. 10 - Frequências

Statistics		
VAR00004		
N	Valid	200
	Missing	0

Tabela C. 11 - Frequências por concelho

VAR00004					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Viana	100	50,0	50,0	50,0
	P. Lima	100	50,0	50,0	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Tabela C. 12 - Variação da população por jurisdição

VAR00001					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1,00	50	25,0	25,0	25,0
	2,00	51	25,5	25,5	50,5
	3,00	46	23,0	23,0	73,5
	4,00	53	26,5	26,5	100,0
	Total	200	100,0	100,0	

Tabela C. 13 - Teste de Kruskal-Wallis segundo a variação da jurisdição

Ranks			
	VAR00001	N	Mean Rank
P_4.1	GNR-PSP	27	51,69
	PSP-PSP	28	41,16
	GNR-GNR	24	68,56
	PSP-GNR	29	58,36
	Total	108	
P_4.2	GNR-PSP	27	61,30
	PSP-PSP	23	66,91
	GNR-GNR	31	52,77
	PSP-GNR	28	41,61
	Total	109	
P_4.3	GNR-PSP	48	97,31
	PSP-PSP	49	99,06
	GNR-GNR	45	92,69
	PSP-GNR	46	88,48
	Total	188	
P_4.4	GNR-PSP	24	40,54
	PSP-PSP	11	35,32
	GNR-GNR	11	40,73
	PSP-GNR	25	29,86
	Total	71	

Tabela C. 14 - Estatística da variação de jurisdição

Test Statistics ^{a,b}				
	P_4.1	P_4.2	P_4.3	P_4.4
Chi-Square	11,811	10,580	1,365	4,949
df	3	3	3	3
Asymp. Sig.	,008	,014	,714	,176

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: VAR00001

Tabela C. 15 - Teste de Tukey aplicado à pergunta 4.1

Rank of P_4.1

Tukey HSD ^{a,b}

VAR00001	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
PSP-PSP	28	41,16071	
GNR-PSP	27	51,68519	51,68519
PSP-GNR	29	58,36207	58,36207
GNR-GNR	24		68,56250
Sig.		,124	,135

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 26,864.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Tabela C. 16 - Teste de Tukey aplicado à pergunta 4.2

Rank of P_4.2

Tukey HSD ^{a,b}

VAR00001	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
PSP-GNR	28	41,60714	
GNR-GNR	31	52,77419	52,77419
GNR-PSP	27	61,29630	61,29630
PSP-PSP	23		66,91304
Sig.		,065	,281

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 26,938.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

APÊNDICE D : Resultados da Consistência Interna do Questionário

Consistência

Escala: Todas as Variáveis

Tabela D. 1 - Sumário do processamento de casos

Case Processing Summary			
		N	%
Cases	Valid	43	21,5
	Excluded ^a	157	78,5
	Total	200	100,0

a. Listwise deletion based on all variables in the procedure.

Tabela D. 2 - Estatística da consistência

Reliability Statistics	
Cronbach's Alpha	N of Items
,641	4

Tabela D. 3 - Estatística da consistência de cada item

Item-Total Statistics				
	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
P_4.1	10,12	8,105	,044	,558
P_4.2	10,81	4,393	,513	,672
P_4.3	9,77	8,230	,149	,545
P_4.4	10,60	6,197	,335	,628

Tabela D. 4 - Estatística da escala de consistência

Scale Statistics			
Mean	Variance	Std. Deviation	N of Items
13,77	10,087	3,176	4

APÊNDICE E : Guião da entrevista aos Presidentes de Junta de Freguesia

Entrevistado:

Função e Nome

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Há quanto tempo é Presidente da Junta?

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

Para a população, existe preferência por alguma? Qual?

As populações consideram que uma “Força Única” seria melhor?

Em caso afirmativo quais as razões para essa escolha?

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?

APÊNDICE F : Entrevista ao Presidente da Junta de Arcozelo Manuel Alves Soares

Entrevistado:

Presidente da Junta de Arcozelo Manuel Alves Soares

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim.

Há quanto tempo é Presidente da Junta de Arcozelo?

Há 7 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

Na parte urbana, as pessoas normalmente habituaram-se à PSP, mas a GNR desempenha bem as suas funções com os meios que tem.

Para a população, existe preferência por alguma? Qual?

GNR.

As populações consideram que uma “Força Única” seria melhor?

Sim.

Em caso afirmativo quais as razões para essa escolha?

Em determinadas situações têm dúvidas a qual das forças de segurança se devem dirigir.

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?

Concordam para que haja mais segurança, em todas as áreas, principalmente em casos de roubos.

Desde que exista respeito por todos.

APÊNDICE G : Entrevista ao Presidente da Junta de Areosa

António Ferreira Longarito

Entrevistado:

Presidente da Junta de Areosa António Ferreira Longarito

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim.

Há quanto tempo é Presidente da Junta de Areosa?

Há 8 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

A PSP é melhor formada que a GNR.

PSP mais perto da população.

Para a população, existe preferência por alguma? Qual?

Pela PSP.

As populações consideram que uma “Força Única” seria melhor?

Sim.

Em caso afirmativo quais as razões para essa escolha?

No caso de esta trabalhar melhor.

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?

Aperceberam-se e concordam com ela.

APÊNDICE H : Entrevista ao Presidente da Junta de Correlhã João Fernando Cerqueira de Oliveira

Entrevistado:

Presidente da Junta de Correlhã João Fernando Cerqueira de Oliveira

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim.

Há quanto tempo é Presidente da Junta de Correlhã?

Há 4 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

Na minha opinião a população vê a GNR como uma força de intervenção nas freguesias e a PSP como segurança da Sede de Concelho.

Para a população, existe preferência por alguma? Qual?

Creio que sim, pela PSP, pois em algumas situações a GNR suscita alguma desconfiança, pelo menos na freguesia da Correlhã, tendo em consideração algumas situações mais recentes.

As populações consideram que uma “Força Única” seria melhor?

Para as populações, talvez sim.

Em caso afirmativo quais as razões para essa escolha?

Haveria um trabalho em conjunto onde as duas forças defenderiam as mesmas causas.

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?

Creio que as populações, não se aperceberam da reestruturação.

APÊNDICE I : Entrevista ao Presidente da Junta de Mazarefes Américo Afonso de Balinho

Entrevistado:

Presidente da Junta de Mazarefes Américo Afonso de Balinho

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim.

Há quanto tempo é Presidente da Junta de Mazarefes?

Há 15 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

Não vêem diferença.

Para a população, existe preferência por alguma? Qual?

Indiferente

As populações consideram que uma “Força Única” seria melhor?

Não consideravam.

Em caso afirmativo quais as razões para essa escolha?

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?

Não se aperceberam.

APÊNDICE J : Entrevista ao Presidente da Junta de Meadela Manuel Américo Matos Carvalhido

Entrevistado:

Presidente da Junta de Meadela Manuel Américo Matos Carvalhido

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim.

Há quanto tempo é Presidente da Junta de Meadela?

Há 14 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

Nenhuma: são duas forças de segurança que a população vê como entidades que agem em seu benefício.

Para a população, existe preferência por alguma? Qual?

Penso que a população não tem preferências, o que nós queremos é ver as autoridades a passar na freguesia, pois transmite uma sensação de segurança.

As populações consideram que uma “Força Única” seria melhor?

Penso que não, neste “período” quantas mais forças houverem melhor.

Em caso afirmativo quais as razões para essa escolha?

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?

As populações não se aperceberam destes factos, o que querem é segurança.

APÊNDICE K : Entrevista ao Presidente da Junta de Monserrate Miguel Pita Carvalhosa

Entrevistado:

Presidente da Junta de Monserrate Miguel Pita Carvalhosa

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim.

Há quanto tempo é Presidente da Junta de Monserrate?

Há 4 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

PSP vocacionada para as zonas urbanas, GNR para as zonas rurais.

Para a população, existe preferência por alguma? Qual?

Pela PSP.

As populações consideram que uma “Força Única” seria melhor?

Sim, em princípio.

Em caso afirmativo quais as razões para essa escolha?

Recursos Financeiros

Menor Burocracia, entre outros.

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?

Foram indiferentes à troca.

APÊNDICE L : Entrevista ao Presidente da Junta de Ponte de Lima Abel Coelho da Silva Braga

Entrevistado:

Presidente da Junta de Ponte de Lima Abel Coelho da Silva Braga

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim.

Há quanto tempo é Presidente da Junta de Ponte de Lima?

Há 28 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

É igual, mas a GNR para as zonas rurais, e a PSP para as zonas urbanas.

Para a população, existe preferência por alguma? Qual?

Pela PSP, pois estamos numa zona urbana.

As populações consideram que uma “Força Única” seria melhor?

Sim.

Em caso afirmativo quais as razões para essa escolha?

Poupança de Recursos Humanos, com um só comando.

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?

Em Ponte de Lima não se aperceberam, pois não houve trocas.

APÊNDICE M : Entrevista ao Presidente da Junta de Ribeira

Aníbal Lopes de Amorim

Entrevistado:

Presidente da Junta de Ribeira Aníbal Lopes de Amorim

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim.

Há quanto tempo é Presidente da Junta de Ribeira?

Há 7 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

Nenhuma.

Para a população, existe preferência por alguma? Qual?

Não existe.

As populações consideram que uma “Força Única” seria melhor?

Consideram.

Em caso afirmativo quais as razões para essa escolha?

Era mais simples.

A abordagem à autoridade era mais fácil.

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação? E concordam com ela?

Não se aperceberam, já existiam as duas forças na freguesia.

APÊNDICE N : Guião da entrevista aos Comandantes de Posto e de Esquadra

Entrevistado:

Função e Nome

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Há quanto tempo é Comandante neste(a) Posto/ Esquadra?

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

Quais as diferenças mais notórias na troca de jurisdição? Foi mais ao nível de efectivos, áreas, meios ou outras?

**Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação?
E concordam com ela?**

APÊNDICE O : Entrevista ao Comandante de Esquadra de Ponte de Lima Sub-Comissário Manuel Tiago de Abreu Gonçalves Pereira

Entrevistado:

Comandante de Esquadra de Ponte de Lima Sub-Comissário Manuel Tiago de Abreu Gonçalves Pereira

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim

Há quanto tempo é Comandante neste(a) Posto/ Esquadra?

Há 6 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

Não me parece que haja qualquer diferença.

As funções são as mesmas.

Quais as diferenças mais notórias na troca de jurisdição? Foi mais ao nível de efectivos, áreas, meios ou outras?

A principal diferença nas trocas de jurisdição foi a nível de área.

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação?

E concordam com ela?

Parece-me que a grande maioria das populações não se apercebeu da reestruturação.

Aqueles que se aperceberam demonstraram não concordar.

APÊNDICE P : Entrevista ao Comandante da PSP de Viana do Castelo Intendente José Martins Cruz

Entrevistado:

Comandante da PSP de Viana do Castelo Intendente José Martins Cruz

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

(A entrevista foi enviada em suporte electrónico)

Há quanto tempo é Comandante neste(a) Posto/ Esquadra?

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

Na visão das populações, que desconheço, não deve haver diferença entre estas, sob segurança da GNR ou da PSP.

Ambas as forças têm como missão proteger e cumprir a lei.

Quais as diferenças mais notórias na troca de jurisdição? Foi mais ao nível de efectivos, áreas, meios ou outras?

A grande diferença é que a PSP passou a dar segurança a mais 100% de pessoas com menos efectivo.

O Arranjo foi recorrer ao projecto de proximidade "O Polícia do meu bairro"

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação?

E concordam com ela?

Algumas aperceberam-se, outras nem tanto.

Acho que nem concordam nem discordam, ter segurança por GNR ou PSP, querem é ter segurança.

APÊNDICE Q : Entrevista ao Comandante do Posto de Ponte de Lima 1º Sargento Ilídio Mendes Alves

Entrevistado:

Comandante do Posto de Ponte de Lima 1º Sargento Ilídio Mendes Alves

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim

Há quanto tempo é Comandante neste(a) Posto/ Esquadra?

Há 8 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

As populações gostam mais do trabalho da GNR

Valorizam o trabalho da GNR, sabendo que têm menos efectivos e mais área de policiamento, que é mais disperso.

A PSP faz um Policiamento mais concentrado.

Quais as diferenças mais notórias na troca de jurisdição? Foi mais ao nível de efectivos, áreas, meios ou outras?

Aumento de População nas áreas da GNR, tal como registos de ocorrências, com maior incidência no crime.

Aumento de pontos sensíveis, tal como, todos os postos de combustível, estabelecimentos de diversão nocturna e comerciais.

Diminuição de Efectivos

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação?

E concordam com ela?

Sim, e concordam, sendo caso especial Arcozelo, onde inicialmente existiu resistência à mudança, com preocupação pela diminuição da visibilidade policial.

APÊNDICE R : Entrevista ao Comandante do Posto de Viana do Castelo Sargento-Chefe António André Melo

Entrevistado:

Comandante do Posto de Viana do Castelo Sargento-Chefe António André Melo

Apresentação:

Esta entrevista visa obter uma percepção sobre a importância relativa dada pelas populações às duas maiores forças de segurança do país: GNR e PSP. Servirá também para complementar a análise dos dados obtidos através dos questionários feitos às populações.

Está de acordo que a entrevista seja resumida por tópicos principais e anexada ao Trabalho de Investigação aplicada que estou a realizar?

Sim

Há quanto tempo é Comandante neste(a) Posto/ Esquadra?

Há 3 anos.

Quais são as diferenças entre GNR e PSP, na visão da população?

GNR impõe mais respeito que PSP, pois tem uma postura mais rígida, sem deixar de ser educada na actuação.

GNR actua mais e de forma mais rápida.

Quais as diferenças mais notórias na troca de jurisdição? Foi mais ao nível de efectivos, áreas, meios ou outras?

O Posto teve redução de efectivos, ao ser reduzida a área de actuação.

Os meios são os mesmos que antes da reestruturação...

Na sua opinião, as populações aperceberam-se da reestruturação?

E concordam com ela?

Não se aperceberam, nos meses iniciais iam à GNR por engano, mas ao longo do tempo foram-se apercebendo.

No Início houve alguma resistência, mas depois habituaram-se.

ANEXOS

ANEXO S: Mapas dos Concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo

Ilustração S. 1 - Divisão Administrativa por municípios



Ilustração S. 2 - Divisão por tipologia das áreas urbanas

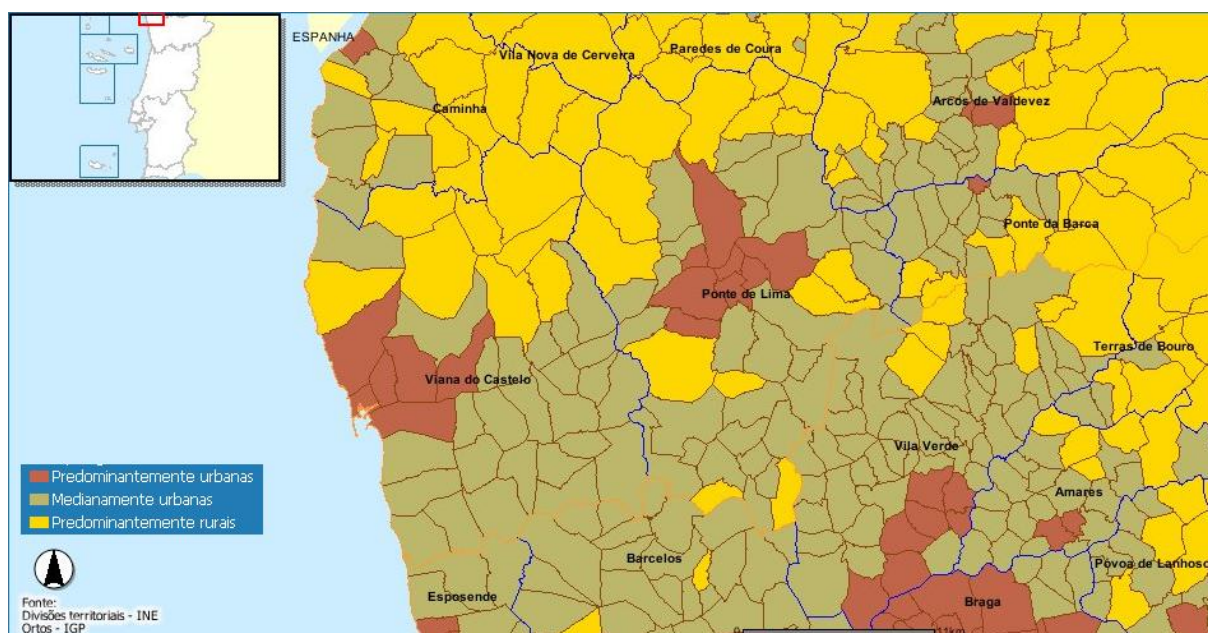


Ilustração S. 3 - Freguesias da amostra no Concelho de Viana



Ilustração S. 4 - Freguesias da amostra no Concelho de Ponte de Lima

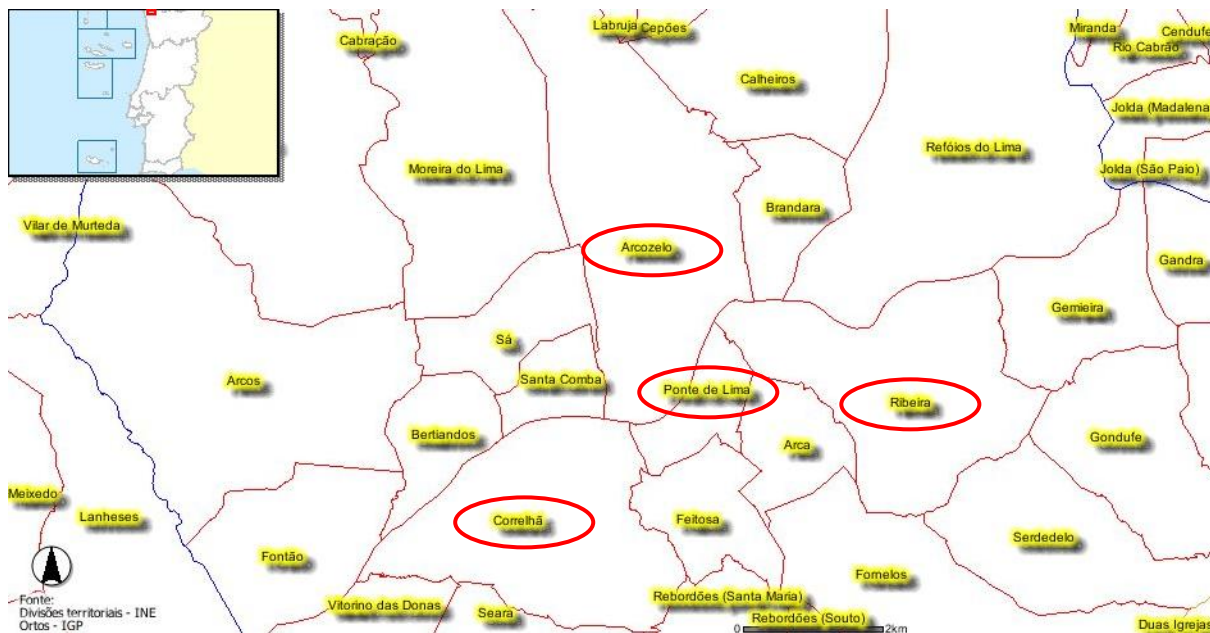


Ilustração S. 5 - Localização dos concelhos a nível Distrital e Nacional



ANEXO T: Caracterização e atribuições da PSP

A Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma força de segurança com a natureza de serviço público dotado de autonomia administrativa, que tem por funções defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos do disposto na Constituição e na Lei. Em situações de normalidade, as suas actividades são desenvolvidas de acordo com os objectivos e finalidades da política de segurança interna, com respeito pelos limites do respectivo enquadramento orgânico. Em situações de excepção, as suas atribuições são as decorrentes da legislação sobre defesa nacional, estado de sítio e estado de emergência. As atribuições da PSP são prosseguidas em todo o território nacional, com exclusão das áreas legalmente cometidas a outras forças e serviços de segurança. Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as referidas atribuições são prosseguidas com carácter de exclusividade.

Filosofia de actuação policial

- Permanente busca do ponto de equilíbrio nos conflitos de valor sempre presentes no plano da segurança interna, nomeadamente: liberdade versus segurança; e ordem pública versus direitos, liberdades e garantias.
- A segurança é o primeiro factor de liberdade, pelo que é prioritário garantir a liberdade de circulação dos cidadãos em todo o tecido urbano, erradicar as zonas ditas “perigosas” da cidade e proporcionar aos cidadãos uma sensação de segurança.
- Compreensão de que o cidadão ocupa um papel central no sistema de segurança interna, pelo que se impõe uma crescente visibilidade da Polícia e uma política de proximidade com os cidadãos, devendo as autoridades estimular a participação destes nas acções de prevenção da criminalidade.
- Compreensão de que o combate à criminalidade é pluri-vectorial e não apenas uma questão de eficácia da polícia, compreendendo, a par de questões de natureza operacional, questões de natureza política, institucional, jurídica e social.
- Compreensão da essencialidade da partilha de informação entre forças e serviços de segurança.

Fonte: <http://www.mai.gov.pt>

ANEXO U: Caracterização e atribuições da GNR

A Guarda Nacional Republicana é uma Força de Segurança, de natureza militar, organizada num corpo especial cujas atribuições são prosseguidas em todo o território nacional e na zona marítima de respeito, com exclusão das zonas legalmente cometidas a outras forças ou serviços de segurança, nas quais a sua intervenção depende: Do pedido destas autoridades ou da sua ausência na zona; De ordem especial; De imposição legal relativa à fiscalização rodoviária.

Missão Geral

- Manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade pública, privada e cooperativa, prevenindo ou reprimindo os actos ilícitos contra eles cometidos; Coadjuvar as autoridades judiciais, realizando as acções que lhe são ordenadas como órgão de polícia criminal;
- Velar pelo cumprimento das leis e disposições em geral, nomeadamente as relativas à viação terrestre e aos transportes rodoviários; Combater as infracções fiscais, designadamente as previstas na lei aduaneira;
- Colaborar no controlo da entrada e saída de cidadãos nacionais e estrangeiros no território nacional;
- Auxiliar e proteger os cidadãos, defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes de acção humana ou da natureza; Colaborar na prestação de honras de estado;
- Colaborar na execução da política de defesa nacional.

Fonte: <http://www.mai.gov.pt>

ANEXO V: Historial da PSP

POLÍCIA - “Instituição encarregada de manter a ordem e a segurança públicas e de velar pelo cumprimento das leis relativas a essa ordem e segurança, na multiplicidade dos seus aspectos.” in “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”

INTRODUÇÃO

O termo “Polícia” começou por designar a actividade global do Estado, que tinha por fim assegurar o exercício dos seus poderes legislativo, executivo e judicial, o que se espalhou ao longo de milénios. No longínquo Egipto faraónico do séc. XI AC, existia um “Chefe de Polícia”. Também os hebreus, logo após a sua saída do Egipto, organizaram uma Polícia, instituição esta que também existia, na mesma época, na China, onde cada grande cidade possuía a sua Polícia. Igualmente, as cidades gregas lhe confiaram a sua tranquilidade pública. Em Roma existiam os questores, assistidos por edis e censores, a quem competiam funções policiais. Entre os Incas também vigorava um rigoroso regime policial.

A Alta Idade Média conheceu entre os Francos a orgânica policial, destacando-se as medidas de Carlos Magno. Na Idade Média a defesa da ordem pública estava a cargo das comunidades, rurais ou urbanas, dos senhores feudais e dos tribunais. À medida que se foram constituindo os Estados, a Polícia foi-se estruturando com a missão de vigilância sobre todas as esferas da vida pública estava a cargo das comunidades, rurais ou urbanas, dos senhores feudais e dos tribunais.

PRINCÍPIOS DA POLÍCIA EM PORTUGAL

Em Portugal, no que respeita a documentação escrita, existem poucos documentos referentes à administração da Justiça até à segunda metade do séc. XV. Só com o reinado de D. Afonso V (embora sob a regência de seu tio, Infante D. Pedro), nos aparecem as primeiras “Ordenações”, com alguma matéria penal, ficando conhecidas como “Ordenações Afonsinas”. Tendo começado por ser redigidas por ordem de D. João I, acabaram por só serem impressas em 1514, após sofrerem várias alterações, com o nome de “Ordenações Manuelinas”.

No entanto, conhecem-se algumas medidas de âmbito judicial empreendidas pelos nossos primeiros reis. Assim, D. Afonso Henriques mandava encarcerar as mulheres que se amantizavam com elementos do clero e no tempo de D. Afonso II, sob influência do “Código Visigótico” e do “Direito Romano”, aparecem as primeiras leis gerais. Igualmente se sabe que D. Afonso III castigava com o enforcamento aquele que assaltasse a casa de outrem

para roubar. D. Pedro I, “O Justiceiro”, decreta que a todos os que falsificassem moeda ou objectos de ouro ou prata lhe fossem amputados os pés e as mãos.

Mas os criminosos dispunham de alguns locais de abrigo para fuga à justiça: igrejas, mosteiros e terrenos coutados (tanto rurais como urbanos, os chamados “bairros de privilégio”). Tornaram-se estes portos de abrigo, que eram as terras coutadas, autênticos covis de ladrões, o que levou D. João I a extingui-los, à semelhança do que já fizera D. Fernando I com os “bairros”. Apenas restaram as igrejas e os conventos.

O primeiro corpo de agentes policiais foi criado por D. Fernando I, os chamados Quadrilheiros, com um efectivo de 20 elementos, tendo recebido um Regimento, datado de 12 de Setembro 1383, que refere no seu preâmbulo a grande criminalidade que grassava na cidade de Lisboa. Estes Quadrilheiros (recrutados à força, entre os homens mais fortes fisicamente) ficavam subordinados à Edilidade, por três anos consecutivos, e obrigados por juramento a terem as suas armas (uma Vara, que devia estar sempre à porta de cada um deles, a qual representava o sinal de Autoridade para prenderem e conduzirem o criminoso perante a Justiça dos Corregedores).

Mas, como não recebiam pagamento por este trabalho, bastante perigoso, que lhe era imposto, muitos elementos fugiam a essa função. Chegaram a ser intoleráveis e a gozar de nenhum prestígio, sendo várias vezes espancados e feridos na execução das suas missões, principalmente nos alaridos entre as peixeiras da “Baixa” e os vendilhões ambulantes. Assim, em 1418, já não eram obrigados a rondar a cidade. Posteriormente, D. Afonso V, em função da anarquia criminosa, dá aos Quadrilheiros, em 10 de Junho de 1460, alguns privilégios de âmbito social e económico, de que ressalta a dispensa de trabalharem nas obras públicas. No entanto, com o tempo, estes privilégios foram desaparecendo. Impotentes pelas ameaças e pela desautorização que recebiam dos próprios nobres e das autoridades camarárias, donde dependiam, a sua moral para o trabalho forçado que exerciam era muito baixa. Outras determinações vieram depois de D. Afonso V, em prol da ordem pública, mas, Leis, Regulamentos, Avisos e Ordenações mostraram-se ineficazes. D. Sebastião promulga as leis de 31 de Janeiro de 1559, 17 de Janeiro de 1570, 12 de Julho e 13 de Agosto de 1571, que mais não eram que reforços às leis de D. Fernando I, D. Duarte e D. Afonso V. Como medida de compensação, os Quadrilheiros são dispensados do pagamento de impostos e do serviço militar. Ainda no reinado de D. Sebastião é determinado que Lisboa seja dividida em Bairros e que para cada um fosse nomeado um Oficial de Justiça, com poderes praticamente discricionários. A 12 de Março de 1603, o Rei Filipe II manda dar um novo Regulamento aos Quadrilheiros, reforçando-lhe a autoridade. A Câmara de Lisboa, a 30 de Janeiro de 1617, determina que cada Quadrilheiro tivesse um rótulo sobre a sua porta que o identificasse e que se pedisse ao rei que lhe desse e confirmasse os privilégios e as preeminências que se assentassem na mesa da Câmara propor ao monarca, ressaltando que de um ofício digno se tratava. D. João IV dá novo

Regimento aos Quadrilheiros. O Decreto de 29 de Novembro de 1644 obriga, com terríveis sanções, os Quadrilheiros a servirem condignamente nas suas funções. Mas, apesar de todas estas medidas aliciatórias e repressivas, ao Quadrilheiro continuava a desagradar-lhe o seu trabalho. Como resultado de toda esta atmosfera compulsiva, muitos deles eram autoridades de dia e proscritos de noite. Na primeira metade do séc. XVIII a situação pouco se modificou. Continuou-se com a falta de policiamento, como nos provam as leis de 1701, 1702 e 1714. Foram criadas mais rondas à cidade mas, em pouco tempo, os criminosos sabiam que as leis se transformavam em farrapos esquecidos. Continuaram os Quadrilheiros, mau grado todas as suas limitações, a personificar a pouca ordem existente.

INTENDÊNCIA-GERAL DE POLÍCIA

Poder-se-á, de certa forma, considerar que a realidade do pós-Terramoto de 1755 obrigou à nascença de muitas Resoluções e Leis para manter a Ordem Pública, numa filosofia de que o público exemplo do castigo de alguns que se aproveitaram da desolação e anarquia reinante, servisse de freio aos maus e de tranquilidade aos bons. Neste contexto, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, viu-se na imperiosa necessidade de criar um organismo que centralizasse todas as leis já publicadas. Assim, pela Lei de 25 de Junho de 1760, é criada a Intendência da Polícia da Corte e do Reino. É criado o lugar de Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Reino, com ilimitada jurisdição, em matéria de Polícia, sobre todos os ministros criminais e civis que a ele recorressem e que dele recebessem as ordens nos casos correntes. Com este Decreto ficava o Intendente, em matéria de segurança pública, com mais poderes que o próprio Governo. Foi primeiro Intendente-Geral o Desembargador Inácio Ferreira Souto. É a partir deste momento que o termo “Polícia” se vulgariza, pois até então o Quadrilheiro era denominado como Sizudo, Morcego ou Nocturno, por exercer a sua actividade apenas de noite. Mas, contrariamente ao que se pensava, a criação da Intendência, num primeiro período, pouco resolveu a problemática criminal. As trancas nas portas, as grades nas janelas, os bacamartes à beira da cama, tornaram-se ainda mais urgentes. Porque, a principal ocupação da Intendência, nesta fase foi, em vez de se ocupar com a Ordem Pública, A perseguição aos que falavam mal do Rei, do Governo e de Pombal. Entre 1760 e 1780 o estado caótico manteve-se. Por Decreto de 18 de Janeiro de 1780 a Rainha D. Maria I nomeia o antigo Juiz do Crime do Bairro do Castelo de S. Jorge, Dr. Diogo Inácio de Pina Manique, Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Reino. Formado em Leis pela Universidade de Coimbra, fica onipotente no cargo. Começou Pina Manique por expurgar dos próprios serviços policiais os elementos que à sombra da Lei acobertavam os criminosos. É com Pina Manique que a Intendência alcança todas as suas potencialidades de actuação face ao crime e à manutenção da tranquilidade pública. Grande número de criminosos são presos e bairros suspeitos de Lisboa, como Alfama, Mouraria, Bairro Alto e Madragoa, são limpos de muitos marginais. Reorganizando os serviços, impõe o respeito da população ao Departamento.

Fundou ainda a Guarda Real de Polícia em 25 de Dezembro de 1801, um corpo militarizado a cavalo, e iluminou a cidade de Lisboa, o que obviou muito à criminalidade. Criou casas de correcção e a Polícia Sanitária para as prostitutas. Também a criação da Casa Pia de Lisboa, por proposta sua e da qual foi nomeado Superintendente, para acolhimento das muitas crianças abandonadas da sorte, ficou a perpetuar o seu nome. Faleceu a 30 de Junho de 1805. Como a Guarda Real de Polícia era assoberbada com a fiscalização aduaneira, é criada a Guarda das Barreiras, sendo mais tarde substituída pela Guarda das Alfândegas. Em 1808 o General Loison, a mando do Intendente-Geral da Guarda Real de Polícia, institui a Polícia Secreta. Em 1823 é criada, pelos liberais, a Guarda Nacional e a 23 de Junho de 1824 é instituída uma nova polícia secreta, a Polícia Preventiva. Em 21 de Agosto de 1826 foi extinta a Guarda Real de Polícia.

A 8 de Novembro de 1833 foi extinto o cargo de Intendente-Geral da Polícia, tendo sido seu último Intendente-Geral o Desembargador José António Maria de Sousa e Azevedo. Todos os serviços de Polícia passaram para o cargo de Prefeitos (hoje Governadores Cíveis), em que avulta o Prefeito da Província da Estremadura, Bento Pereira do Carmo. As prerrogativas policiais deste cargo mantiveram-se temporal e territorialmente, quer se tratassem de Prefeitos, Administradores Gerais e, depois, Governadores Cíveis. A 18 de Abril de 1835 foi o Reino dividido em 17 Distritos Administrativos, tendo cada distrito um Governador Civil, e sendo dividido em Concelhos e os Concelhos em Freguesias ou Paróquias. Como já se referiu, os Governadores Cíveis eram os chefes supremos da segurança pública.

Em período de grande confusão política e social resultante das lutas entre liberais e absolutistas, é suprimida a Guarda Real de Polícia e substituída pela Guarda Municipal. (actualmente representada pela Guarda Nacional Republicana), criada por Pereira do Carmo. Neste emaranhado de instituições policiais, muitas vezes contraditórias entre si, é dissolvida em 1846 a Guarda Nacional. O que se pode observar e concluir, em termos de Ordem Pública, de toda esta miscelânea de instituições policiais, que pulularam durante cerca de sete décadas do séc. XIX. Tudo não passou de meras tentativas, porque nenhuma lei deu resultado positivo na criação de corpos de segurança pública, porque a desordem continuava a imperar. Nem a Lei de 22 de Fevereiro de 1838, a primeira lei que criou corpos para manter a segurança pública em cada um dos Distritos Administrativos do país, conseguiu melhores resultados. Até esta altura, as Leis, Decretos e Portarias que se publicaram apenas representavam balões de oxigénio. Os roubos e assassinatos que se praticavam isso testemunharam. Os guardas e os juizes sentiam-se traídos no esforço e seriedade das suas funções, visto não serem as penas cumpridas e os malfeitores chegarem a provocá-los com ameaças de represálias, o que levava não só à desmoralização, mas até à atemorização, não poupando a calúnia e a falsa acusação os próprios magistrados. Chegou-se ao cúmulo de, na cidade do Porto, em 1865, o jornal “O

Demócrata” ter ridicularizado os agentes da autoridade nortenha, chamando-os de “coitados” e “desgraçados”, como era de uso alcunharem-se as meretrizes!

O CORPO DE POLÍCIA CIVIL

Foi por se chegar a um estado verdadeiramente doentio que o Rei D. Luis fez publicar, em 2 de Julho de 1867, a lei que criou em Portugal o Corpo de Polícia Civil. Com o nascimento desta nova instituição, estavam lançadas as bases, longínquas, para criação da actual Polícia de Segurança Pública.

Esta Lei foi antecedida de um relatório elaborado por uma comissão de juristas, no qual, a determinado passo se pode ler: “A segurança pública é condição essencial para a existência de toda a sociedade bem organizada, e por isso, com razão, já se escreveu: que ela é para o corpo social o que o ar é para o corpo humano. À Polícia cumpre fazer cessar toda a perturbação na economia da sociedade organizada e constituída: a sua actividade é de todas as horas. (...). Os agentes da Polícia devem ser indivíduos que pela sua moralidade, honestidade e prudência, chamem sobre si as simpatias do público para que este, pelo seu lado, fazendo justiça aos seus esforços, nunca lhes negue o seu apoio”. A 2 de Outubro de 1867 foi nomeado primeiro Comissário-Geral da Polícia de Lisboa, António Maria Cau da Costa. No entanto, pouco tempo se manteve no cargo, pois 17 de Dezembro do mesmo ano pede a exoneração e é nomeado para o substituir o Coronel D. Diogo de Sousa. Na Polícia Civil do Porto foi nomeado para seu Comissário-Geral Adriano José de Carvalho e Melo. Pela Lei de 27 de Julho, é publicado o mapa de Esquadras e Secções para o serviço de Polícia em que foi dividida a cidade de Lisboa, tendo esta ficado dividida em três Divisões, correspondentes a três Bairros, que comportariam, na sua totalidade, 12 Esquadras. A 14 de Dezembro foi publicado o Regulamento para os Corpos da Polícia Civil de Lisboa e Porto. O Corpo de Polícia Civil ficou apenas dependente do Ministério da Justiça do Reino. Com a criação deste novo corpo policial, foram delineadas duas espécies de serviços: detecção de crimes, por parte da Polícia Cívica (Judiciária), e manutenção da ordem pública, por parte da Guarda Municipal. Por lei de 2 de Junho de 1869, operou-se uma importante reestruturação na Guarda Municipal, tendo-se fundido os Corpos de Lisboa e Porto. Igualmente, em 1885, o Corpo de Guarda Fiscal substituiu a Guarda das Alfândegas. Até 1910, os serviços da Polícia sofreram várias reorganizações, de que ressaltam as de 21 de Dezembro de 1876; 23 de Janeiro de 1890; 6 de Agosto de 1892. Com a reorganização de 28 de Agosto de 1893, devido aos serviços já não se coadunarem com a Lei que os criou, resolveu-se que a Polícia fosse comandada por um oficial superior do Exército, recaindo a escolha no Major José António Morais Sarmiento, sendo nesta época aumentado substancialmente o número de efectivos. Morais Sarmiento manteve-se no comando da Corporação durante cerca de 17 anos, tendo sido exonerado com o advento da República, e sendo a Polícia dissolvida a 6 de Outubro de 1910. É também neste ano que a Guarda Municipal dá origem à Guarda Nacional Republicana. Sendo um assunto de grande

melindre, pois se tratava de uma força de segurança pública, que impunha a ordem na rua e nos espíritos, teve a Polícia que sofrer uma radical transformação. Assim, a Polícia de Lisboa “renasce” a 9 de Outubro de 1910, sendo nomeado seu Comandante o Major Alberto Carlos da Silveira. Em 29 de Abril de 1918, cria-se a Direcção-Geral de Segurança Pública, que superintendia os Corpos de Polícia Civil de Lisboa e Porto, a Polícia de Investigação Criminal, (que originará a actual Polícia Judiciária) e a Guarda Nacional Republicana, sendo todas estas corporações dependentes do Ministério do Interior. Seguiu-se um período de grandes e constantes modificações no Comando da Polícia de Lisboa até que, por Decreto de 16 de Novembro de 1923, é nomeado seu Comandante o Tenente-Coronel José Maria Ferreira do Amaral, que deixou obra de grande mérito na Corporação, sendo a partir dessa época que a Polícia aparece com uma nova imagem na opinião pública e que “nasce” a actual PSP, desaparecendo o Corpo de Polícia Civil.

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Direcção-Geral de Segurança Pública foi extinta em 1924. Em Março de 1927 são restabelecidas as suas funções, mas agora já sem autoridade sobre a Polícia de Investigação Criminal, que passou a depender do Ministério da Justiça. Neste mesmo ano são reestruturados os Corpos de Polícia Cívica de Lisboa e Porto, passando a designar-se por Polícia de Segurança Pública, e tendo-se mantido o Coronel Ferreira do Amaral no Comando de Lisboa e no Porto assumido a chefia o Capitão João Carlos de Azevedo Franco. Entretanto, a Direcção-Geral de Segurança Pública é extinta, definitivamente, em 31 de Julho de 1928 e toma o nome de Intendência-Geral de Segurança Pública, sendo o seu primeiro Intendente-Geral o Coronel Fernando Luis Mouzinho de Albuquerque.

A 4 de Maio de 1932 foi extinta a Intendência-Geral e criada a Direcção-Geral de Segurança Pública. Em 1935 o comando do Corpo de “Polícia de Segurança Pública” passa a designar-se por Comando-Geral, sendo nomeado, em 21 de Janeiro de 1935, para o cargo de primeiro Comandante-Geral da PSP o Coronel José Martins Cameira.

O Comando-Geral de Segurança Pública passou a abranger todo o Continente e Ilhas, à semelhança do que hoje sucede com o Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública/Direcção Nacional.

Em finais de 1953 é dotada a PSP com o seu primeiro Estatuto, sendo criada em 1962 a Escola Prática de Polícia. Em 1977 a Polícia de Segurança Pública é fortalecida com uma Unidade Especial de Intervenção. Em 1979 é criado o Grupo de Operações Especiais. Em 1982 é publicado o diploma que cria a Escola Superior de Polícia. Em 1985 é a instituição dotada de novo Estatuto. Finalmente, em 1987, deu-se a primeira integração de Oficiais Superiores do Exército no Quadro da PSP, nos postos de Subintendente, Intendente e Superintendente.

Fonte: <http://www.psp.pt>

ANEXO W: Historial da GNR

GUARDA REAL DA POLÍCIA

A Guarda Real da Polícia de Lisboa, criada, em 1801, pelo Príncipe Regente D. João sob proposta do Intendente da Policia da Corte e do Reino, D. Diogo Inácio de Pina Manique, toma por modelo a Gendarmerie francesa (1791). Idênticas organizações militares surgem posteriormente na Europa: a Maréchaussée na Holanda (1814), os Carabinieri em Itália (1814), a Gendarmerie Nationale na Bélgica (1830) e, mais tarde, a Guardia Civil em Espanha (1844).

Em 1802 a Guarda é vinculada ao Exército, como tropa de linha. A sua composição inicial (642 homens e 227 cavalos) revela-se a breve trecho insuficiente para o cabal cumprimento da Missão na área geográfica a que está adstrita. E, apesar de alguns pequenos aumentos de efectivos em anos seguintes, socorre-se frequentemente da ajuda de patrulhas dos Regimentos de Cavalaria e Infantaria aquartelados na Capital. Superando aquela dificuldade estrutural, o Marechal General Beresford procede em 1810 à reorganização definitiva da Guarda Real da Polícia, articulando-a em 10 Companhias de Infantaria e 4 de Cavalaria, num total de 1.326 homens e 269 solípedes, ficando instalada no Convento do Carmo a 7.ª Companhia de Infantaria.

A exemplo da Guarda Real da Polícia de Lisboa serão criadas a Guarda Real da Polícia do Porto e a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro.

GUARDA MUNICIPAL

Em fins de Maio de 1834, na sequência da guerra civil, D. Pedro, assumindo a regência em nome de sua filha D. Maria II, dissolve as Guardas Reais da Polícia de Lisboa e Porto. Porém, cerca de um mês depois, cria a Guarda Municipal de Lisboa, com idênticas características. No ano seguinte surge a Guarda Municipal do Porto. Ambas as Guardas, sofrendo como as anteriores de falta de meios humanos, tentam colmatá-la com uma rigorosa selecção de pessoal, em todos os escalões de comando.

Em 1868, ambas as Guardas são colocadas sob um comando único - o Comando-Geral das Guardas Municipais - sediado no Quartel do Carmo, em Lisboa, sendo-lhes introduzidas alterações de organização de molde a compatibilizá-las com a organização do Exército, em matéria de disciplina e promoções. No que à Segurança Pública respeita, continuam subordinadas ao Ministério do Reino.

GUARDA REPUBLICANA

Com o advento da República, as Guardas Municipais são extintas por Decreto do Governo Provisório, que, a título transitório - enquanto se não organiza a Guarda Nacional Republicana, "um Corpo de Segurança Pública para todo o país"-, determina a criação, em

Lisboa e Porto, de Guardas Republicanas, sem qualquer alteração fundamental relativamente às suas antecessoras. Tratou-se de uma mera alteração de nome, de molde a fazer ressaltar o cariz do novo regime emergente.

O pessoal das antigas Guardas transitou maioritariamente para as novas Guardas. O Comando-Geral permaneceu no Carmo, em Lisboa, a sua subordinação continuou, como do antecedente.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A Guarda Nacional Republicana, criada por Decreto de 3 de Maio de 1911, é uma força de Segurança constituída por militares organizados num Corpo Especial de Tropas dependendo em tempo de paz do Ministério da Administração Interna, para efeitos de recrutamento, administração e execução do serviço decorrente da sua missão geral, e do Ministério da Defesa Nacional para efeitos de uniformização e normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento; em caso de guerra ou em situação de crise, as forças da Guarda Nacional Republicana passarão a estar subordinadas ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, quando nos termos da Lei estas forem colocadas na sua dependência para efeitos operacionais.

A Guarda tem por Missões, sem prejuízo das competências atribuídas por a Lei e outras entidades, garantir, no âmbito da sua responsabilidade, a manutenção da ordem pública, assegurando o exercício dos direitos, liberdades e garantias; manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade pública, privada e cooperativa, prevenindo ou reprimindo os actos ilícitos contra eles cometidos, coadjuvar as autoridades judiciais, realizando as acções que lhe são ordenadas como órgão de polícia criminal; velar pelo cumprimento das leis e disposições em geral, nomeadamente as relativas à viação terrestre e aos transportes rodoviários; combater as infracções fiscais, designadamente as previstas na lei aduaneira; colaborar no controlo da entrada e saída dos cidadãos nacionais e estrangeiros no território nacional, e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza; colaborar na execução da política de defesa nacional.

A plena integração do estado Português na Comunidade Europeia no sector da actividade estadual de controlo de pessoas e bens obrigou, em 1993, à reorganização e redefinição do enquadramento jurídico das entidades encarregadas desta actividade, pela forçosa alteração da incidência territorial da sua actuação.

Pelo DL 230/93, foi extinta a Guarda Fiscal Instituição de gloriosas tradições que assegurava, há mais de um século a actividade do controlo de trânsito de pessoas e bens, contribuindo, com dignidade e prestigiante brio, para a solidificação do Estado de direito em Portugal, actuando empenhada e conscientemente na prevenção de actos ilícitos, na fiscalização e na repressão de infracções e fraudes às leis do Estado, sendo criada a Brigada Fiscal na Guarda Nacional Republicana. ".

A GNR de hoje é uma Guarda reestruturada, com o seu posicionamento institucional afirmado através da publicação do seu Decreto Orgânico (DL 231/93), dos Estatutos dos Militares da Guarda Nacional Republicana (DL 265/93) e do Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana (Portaria 722/85).

A Constituição, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas e a Lei da Segurança Interna e a Lei das Bases Gerais da Condição Militar, constituem as traves mestras do enquadramento jurídico institucional em que a legislação da Guarda de hoje se enquadra.

Fonte: <http://www.gnr.pt>

ANEXO X: Excerto da Lei Orgânica da PSP

Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto

Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Natureza, atribuições e símbolos

Artigo 1.º

Definição

1 - A Polícia de Segurança Pública, adiante designada por PSP, é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa.

2 - A PSP tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.

3 - A PSP está organizada hierarquicamente em todos os níveis da sua estrutura, estando o pessoal com funções policiais sujeito à hierarquia de comando e o pessoal sem funções policiais sujeito às regras gerais de hierarquia da função pública.

Artigo 2.º

Dependência

A PSP depende do membro do Governo responsável pela área da administração interna e a sua organização é única para todo o território nacional.

Artigo 3.º

Atribuições

1 - Em situações de normalidade institucional, as atribuições da PSP são as decorrentes da legislação de segurança interna e, em situações de excepção, as resultantes da legislação sobre a defesa nacional e sobre o estado de sítio e de emergência.

2 - Constituem atribuições da PSP:

a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;

b) Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;

c) Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;

d) Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos;

e) Desenvolver as acções de investigação criminal e contra-ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas;

f) Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;

g) Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;

h) Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;

i) Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;

j) Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;

l) Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei;

m) Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou consumo;

n) Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos;

o) Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito

policial, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;

p) Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;

q) Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

3 - Constituem ainda atribuições da PSP:

a) Licenciar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança, sem prejuízo das competências de fiscalização legalmente cometidas a outras entidades;

b) Licenciar, controlar e fiscalizar as actividades de segurança privada e respectiva formação, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança e com a Inspeção-Geral da Administração Interna;

c) Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante;

d) Assegurar o ponto de contacto permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto.

Artigo 4.º

Conflitos de natureza privada

A PSP não pode dirimir conflitos de natureza privada, devendo, nesses casos, limitar a sua acção à manutenção da ordem pública.

Artigo 5.º

Âmbito territorial

1 - As atribuições da PSP são prosseguidas em todo o território nacional.

2 - No caso de atribuições cometidas simultaneamente à Guarda Nacional Republicana, a área de responsabilidade da PSP é definida por portaria do ministro da tutela.

3 - Fora da área de responsabilidade definida nos termos do número anterior, a intervenção da PSP depende:

a) Do pedido de outra força de segurança;

b) De ordem especial;

c) De imposição legal.

4 - A PSP pode prosseguir a sua missão fora do território nacional, desde que legalmente mandatada para esse efeito.

Artigo 6.º

Deveres de colaboração

1 - A PSP, sem prejuízo das prioridades legais da sua actuação, coopera com as demais forças e serviços de segurança, bem como com as autoridades públicas, designadamente, com os órgãos autárquicos e outros organismos, nos termos da lei.

2 - As autoridades da administração central, regional e local, os serviços públicos e as demais entidades públicas ou privadas devem prestar à PSP a colaboração que legitimamente lhes for solicitada para o exercício das suas funções.

3 - As autoridades administrativas devem comunicar à PSP, quando solicitado, o teor das decisões sobre as infracções que esta lhes tenha participado.

Artigo 7.º

Estandarte nacional

A PSP e as suas unidades de polícia, incluindo as unidades constituídas para actuar fora do território nacional, e os estabelecimentos de ensino policial, têm direito ao uso do estandarte nacional.

Artigo 8.º

Símbolos

1 - A PSP tem direito a brasão de armas, bandeira heráldica, hino e selo branco.

2 - A Direcção Nacional, as unidades de polícia e os estabelecimentos de ensino têm direito a brasão de armas, bandeiras heráldicas e selo branco.

3 - O director nacional tem direito ao uso de galhardete.

4 - Os símbolos previstos nos números anteriores são aprovados por portaria do ministro da tutela.

CAPÍTULO II

Autoridades e órgãos de polícia

Artigo 9.º

Comandantes e agentes de força pública

1 - Os elementos da PSP no exercício do comando de forças têm a categoria de comandantes de força pública.

2 - Considera-se força pública, para efeitos do número anterior, o efectivo mínimo de dois agentes em missão de serviço.

3 - Os elementos da PSP com funções policiais são considerados agentes da força pública e de autoridade quando lhes não deva ser atribuído qualidade superior.

Artigo 10.º

Autoridades de polícia

1 - São consideradas autoridades de polícia:

- a) O director nacional;
- b) Os directores nacionais-adjuntos;
- c) O inspector nacional;
- d) O comandante da Unidade Especial de Polícia;
- e) Os comandantes das unidades e subunidades até ao nível de esquadra;
- f) Outros oficiais da PSP, quando no exercício de funções de comando ou chefia operacional.

2 - Compete às autoridades de polícia referidas no número anterior determinar a aplicação das medidas de polícia previstas na lei.

Artigo 11.º

Autoridades e órgãos de polícia criminal

1 - Para efeitos do disposto no Código de Processo Penal, consideram-se:

- a) «Autoridades de polícia criminal», as entidades referidas no n.º 1 do artigo anterior;
- b) «Órgãos de polícia criminal», todos os elementos da PSP com funções policiais incumbidos de realizar quaisquer actos ordenados por autoridade judiciária ou determinados por aquele Código.

2 - Enquanto órgãos de polícia criminal, e sem prejuízo da organização hierárquica da PSP, o pessoal com funções policiais da PSP actua sob a direcção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente.

3 - Os actos determinados pelas autoridades judiciárias são realizados pelos elementos para esse efeito designados pela respectiva cadeia de comando, no âmbito da sua autonomia técnica e táctica.

Artigo 12.º

Medidas de polícia e meios de coerção

1 - No âmbito das suas atribuições, a PSP utiliza as medidas de polícia legalmente previstas e nas condições e termos da Constituição e da lei de segurança interna, não podendo impor restrições ou fazer uso dos meios de coerção para além do estritamente necessário.

2 - Quem faltar à obediência devida a ordem ou a mandado legítimos, regularmente comunicados e emanados de autoridade de polícia ou agente de autoridade da PSP, é punido com a pena legalmente prevista para a desobediência qualificada.

(...)

TÍTULO II

Organização geral

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 17.º

Estrutura geral

A PSP compreende:

- a) A Direcção Nacional;
- b) As unidades de polícia;
- c) Os estabelecimentos de ensino policial.

Artigo 18.º

Direcção Nacional

1 - A Direcção Nacional compreende:

- a) O director nacional;
- b) Os directores nacionais-adjuntos;
- c) O Conselho Superior de Polícia, o Conselho de Deontologia e Disciplina e a Junta Superior de Saúde;
- d) A Inspecção;
- e) As unidades orgânicas de operações e segurança, de recursos humanos e de logística e finanças.

2 - Funcionam, ainda, na dependência do director nacional, o Departamento de Apoio Geral e serviços para as áreas de estudos e planeamento, consultadoria jurídica, deontologia e disciplina, relações públicas e assistência religiosa.

Artigo 19.º

Unidades de polícia

1 - Na PSP existem as seguintes unidades de polícia:

- a) Unidade Especial de Polícia;
- b) Os comandos territoriais de polícia.

2 - São comandos territoriais de polícia:

- a) Os comandos regionais de polícia;
- b) Os Comandos Metropolitanos de Polícia de Lisboa e do Porto;
- c) Os comandos distritais de polícia.

3 - Podem ser constituídas unidades de polícia para cumprimento de missões fora do território nacional, nos termos da lei.

Artigo 20.º

Estabelecimentos de ensino policial

São estabelecimentos de ensino policial:

- a) O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna;
- b) A Escola Prática de Polícia.

(...)

CAPÍTULO III

Unidades de polícia

SECÇÃO I

Comandos territoriais de polícia

Artigo 34.º

Caracterização

1 - Os comandos territoriais de polícia são unidades territoriais na dependência directa do director nacional que prosseguem as atribuições da PSP na respectiva área de responsabilidade.

2 - Em cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira existe um comando regional de polícia, com sede, respectivamente, em Ponta Delgada e no Funchal.

3 - Os Comandos Metropolitanos de Polícia têm sede em Lisboa e no Porto.

4 - Os comandos distritais de polícia têm sede em Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Artigo 35.º

Organização

Os comandos territoriais de polícia compreendem o comando, serviços e subunidades.

(...)

Artigo 38.º

Subunidades

1 - As subunidades dos comandos territoriais de polícia são a divisão policial e a esquadra.

2 - As divisões policiais compreendem as áreas operacional e administrativa.

3 - As esquadras são subunidades operacionais.

(...)

ANEXO Y: Excerto da Lei Orgânica da GNR

Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro

Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Natureza, atribuições e símbolos

Artigo 1.º

Definição

1 - A Guarda Nacional Republicana, adiante designada por Guarda, é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

2 - A Guarda tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.

Artigo 2.º

Dependência

1 - A Guarda depende do membro do Governo responsável pela área da administração interna.

2 - As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento.

Artigo 3.º

Atribuições

1 - Constituem atribuições da Guarda:

- a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- b) Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;
- c) Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- d) Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos;
- e) Desenvolver as acções de investigação criminal e contra-ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- f) Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- g) Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- h) Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- i) Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;
- j) Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- l) Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- m) Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;
- n) Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;
- o) Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e

humanitárias, no âmbito policial e de protecção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;

- p) Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- q) Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

2 - Constituem, ainda, atribuições da Guarda:

a) Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos;

b) Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infra-estruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;

c) Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;

d) Prevenir e investigar as infracções tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à acção tributária, fiscal ou aduaneira;

e) Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais;

f) Participar na fiscalização das actividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;

g) Executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;

h) Colaborar na prestação das honras de Estado;

i) Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;

j) Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.

Artigo 4.º

Conflitos de natureza privada

A Guarda não pode dirimir conflitos de natureza privada, devendo, nesses casos, limitar a sua acção à manutenção da ordem pública.

Artigo 5.º

Âmbito territorial

1 - As atribuições da Guarda são prosseguidas em todo o território nacional e no mar territorial.

2 - No caso de atribuições cometidas simultaneamente à Polícia de Segurança Pública, a área de responsabilidade da Guarda é definida por portaria do ministro da tutela.

3 - Fora da área de responsabilidade definida nos termos do número anterior, a intervenção da Guarda depende:

- a) Do pedido de outra força de segurança;
- b) De ordem especial;
- c) De imposição legal.

4 - A atribuição prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 3.º pode ser prosseguida na zona contígua.

5 - A Guarda pode prosseguir a sua missão fora do território nacional, desde que legalmente mandatada para esse efeito.

Artigo 6.º

Deveres de colaboração

1 - A Guarda, sem prejuízo das prioridades legais da sua actuação, coopera com as demais forças e serviços de segurança, bem como com as autoridades públicas, designadamente com os órgãos autárquicos e outros organismos, nos termos da lei.

2 - As autoridades da administração central, regional e local, os serviços públicos e demais entidades públicas e privadas devem prestar à Guarda a colaboração que legitimamente lhes for solicitada para o exercício das suas funções.

3 - As autoridades administrativas devem comunicar à Guarda, quando solicitado, o teor das decisões sobre as infracções que esta lhes tenha participado.

Artigo 7.º

Estandarte nacional

A Guarda e as suas unidades, incluindo as unidades constituídas para actuar fora do território nacional e o estabelecimento de ensino, têm direito ao uso do estandarte nacional.

Artigo 8.º

Símbolos

1 - A Guarda tem direito a brasão de armas, bandeira heráldica, hino, marcha, selo branco e condecoração privativa.

2 - As unidades da Guarda têm direito a brasão de armas, selo branco e bandeiras heráldicas, que, nas suas subunidades, tomarão as formas de guião de mérito.

3 - O comandante-geral tem direito ao uso de galhardete.

4 - Os símbolos e a condecoração previstos nos números anteriores, bem como o regulamento de atribuição desta, são aprovados por portaria do ministro da tutela.

Artigo 9.º

Datas comemorativas

1 - O Dia da Guarda é comemorado a 3 de Maio, em evocação da lei que criou a actual instituição nacional, em 1911.

2 - As unidades da Guarda têm direito a um dia festivo para a consagração da respectiva memória histórica, definido por despacho do comandante-geral.

CAPÍTULO II

Autoridades e órgãos de polícia

Artigo 10.º

Comandantes e agentes de força pública

1 - Os militares da Guarda no exercício do comando de forças têm a categoria de comandantes de força pública.

2 - Considera-se força pública, para efeitos do número anterior, o efectivo mínimo de dois militares em missão de serviço.

3 - Os militares da Guarda são considerados agentes da força pública e de autoridade quando lhes não deva ser atribuída qualidade superior.

Artigo 11.º

Autoridades de polícia

1 - São consideradas autoridades de polícia:

- a) O comandante-geral;
- b) O 2.º comandante-geral;
- c) O comandante do Comando Operacional da Guarda;
- d) Os comandantes de unidade e subunidades de comando de oficial;
- e) Outros oficiais da Guarda, quando no exercício de funções de comando ou chefia operacional.

2 - Compete às autoridades de polícia referidas no número anterior determinar a aplicação das medidas de polícia previstas na lei.

Artigo 12.º

Autoridades e órgãos de polícia criminal

1 - Para efeitos do Código de Processo Penal, consideram-se:

- a) «Autoridades de polícia criminal» as entidades referidas no n.º 1 do artigo anterior;
- b) «Órgãos de polícia criminal» os militares da Guarda incumbidos de realizar quaisquer actos ordenados por autoridade judiciária ou determinados por aquele Código.

2 - Enquanto órgãos de polícia criminal e sem prejuízo da organização hierárquica da Guarda, os militares da Guarda actuam sob a direcção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente.

3 - Os actos determinados pelas autoridades judiciárias são realizados pelos serviços e militares para esse efeito designados pela respectiva cadeia de comando, no âmbito da sua autonomia técnica e táctica.

Artigo 13.º

Autoridade de polícia tributária

1 - Para efeitos do regime jurídico aplicável às infracções tributárias, são consideradas autoridades de polícia tributária:

- a) Todos os oficiais no exercício de funções de comando nas Unidades de Controlo Costeiro e de Acção Fiscal e nas respectivas subunidades;
- b) Outros oficiais da Guarda, quando no exercício de funções de comando operacional de âmbito tributário.

2 - De forma a permitir o cumprimento da sua missão tributária, bem como a prossecução das suas atribuições de natureza financeira e patrimonial, a Guarda mantém uma ligação funcional com o Ministério das Finanças, regulada por portaria conjunta do ministro da tutela e do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Artigo 14.º

Medidas de polícia e meios de coerção

1 - No âmbito das suas atribuições, a Guarda utiliza as medidas de polícia legalmente previstas e nas condições e termos da Constituição e da lei de segurança interna, não podendo impor restrições ou fazer uso dos meios de coerção para além do estritamente necessário.

2 - Quem faltar à obediência devida a ordem ou a mandado legítimos, regularmente comunicados e emanados de autoridade de polícia ou agente de autoridade da Guarda, é punido com a pena legalmente prevista para a desobediência qualificada.

(...)

TÍTULO II

Organização geral

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 19.º

Categorias profissionais e postos

1 - A Guarda está organizada hierarquicamente e os militares dos seus quadros permanentes estão sujeitos à condição militar, nos termos da lei de bases gerais do Estatuto da Condição Militar.

2 - Os militares da Guarda agrupam-se hierarquicamente nas seguintes categorias profissionais, subcategorias e postos:

a) Categoria profissional de oficiais:

- i) Oficiais gerais, que compreende os postos de tenente-general e major-general;
- ii) Oficiais superiores, que compreende os postos de coronel, tenente-coronel e major;
- iii) Capitães, que compreende o posto de capitão;
- iv) Oficiais subalternos, que compreende os postos de tenente e alferes;

b) Categoria profissional de sargentos, que compreende os postos de sargento-mor, sargento-chefe, sargento-ajudante, primeiro-sargento, segundo-sargento e furriel;

c) Categoria profissional de guardas, que compreende os postos de cabo-mor, cabo-chefe, cabo, guarda principal e guarda.

3 - As promoções a oficial general realizam-se por escolha de entre os oficiais com formação de nível superior e qualificações complementares idênticas às exigidas para acesso aos postos de contra-almirante ou de major-general das Forças Armadas.

4 - As promoções a oficial general, bem como as promoções de oficiais gerais, do quadro de pessoal da Guarda, são sujeitas a aprovação pelo Ministro da Administração Interna e a confirmação pelo Presidente da República, sem o que não produzem efeitos.

5 - Os postos da subcategoria de oficiais gerais são constituídos pelo número máximo de 11 efectivos.

Artigo 20.º

Estrutura geral

A Guarda compreende:

- a) A estrutura de comando;
- b) As unidades;
- c) O estabelecimento de ensino.

Artigo 21.º

Estrutura de comando

1 - A estrutura de comando compreende:

- a) O Comando da Guarda;
- b) Os órgãos superiores de comando e direcção.

2 - O Comando da Guarda compreende:

- a) O comandante-geral;
- b) O 2.º comandante-geral;
- c) O órgão de inspecção;
- d) Os órgãos de conselho;
- e) A Secretaria-Geral.

3 - São órgãos superiores de comando e direcção:

- a) O Comando Operacional (CO);
- b) O Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI);
- c) O Comando da Doutrina e Formação (CDF).

Artigo 22.º

Unidades e estabelecimento de ensino

1 - Na Guarda existem as seguintes unidades:

- a) O Comando-Geral;
 - b) Territoriais, os comandos territoriais;
 - c) Especializadas, a Unidade de Controlo Costeiro (UCC), a Unidade de Acção Fiscal (UAF) e a Unidade Nacional de Trânsito (UNT);
 - d) De representação, a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE);
 - e) De intervenção e reserva, a Unidade de Intervenção (UI).
- 2 - Podem ser constituídas unidades para actuar fora do território nacional, nos termos da lei.
- 3 - O estabelecimento de ensino da Guarda é a Escola da Guarda (EG).

(...)

CAPÍTULO III

Unidades

SECÇÃO I

Unidade do Comando da Guarda

Artigo 36.º

Comando-Geral

1 - O Comando-Geral tem sede em Lisboa e concentra toda a estrutura de comando da Guarda.

2 - O Comando-Geral é comandado pelo chefe da SGG.

SECÇÃO II

Unidades territoriais

Artigo 37.º

Comandos territoriais

1 - O comando territorial é responsável pelo cumprimento da missão da Guarda na área de responsabilidade que lhe for atribuída, na dependência directa do comandante-geral.

2 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os comandos territoriais têm sede em Ponta Delgada e no Funchal e, sem prejuízo de outras missões que lhes sejam especialmente cometidas, prosseguem, na respectiva área de responsabilidade, as atribuições da Guarda no âmbito da vigilância da costa e do mar territorial e da prevenção e

investigação de infracções tributárias e aduaneiras, dependendo funcionalmente da Unidade de Controlo Costeiro e da Unidade de Acção Fiscal, relativamente às respectivas áreas de competência.

3 - Os comandos territoriais são comandados por um coronel ou tenente-coronel, coadjuvado por um 2.º comandante.

4 - Compete, em especial, aos comandantes de comando territorial nas regiões autónomas articular com o Governo regional a actividade operacional nas matérias cuja tutela compete à região e cooperar com os órgãos da região em matérias do âmbito das atribuições da Guarda.

Artigo 38.º

Organização

Os comandos territoriais articulam-se em comando, serviços e subunidades operacionais.

Artigo 39.º

Subunidades

1 - As subunidades operacionais dos comandos territoriais são os destacamentos, que se articulam localmente em subdestacamentos ou postos.

2 - O comando dos destacamentos e das suas subunidades é exercido por um comandante, coadjuvado por um adjunto.

3 - O destacamento é comandado por major ou capitão, o subdestacamento por oficial subalterno e o posto por sargento.

(...)

ANEXO Z: Excerto da Resolução do Conselho de Ministros N.º 44/2007

Aprova as opções fundamentais da reforma da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública

Definido o modelo de segurança interna, importa agora desencadear o processo de reforma da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), tendo em vista: a) a sua adequada articulação; b) a racionalização dos seus recursos; c) a programação plurianual dos investimentos em infra-estruturas e equipamentos, que permitam melhorar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos e a melhoria das condições de trabalho nas forças de segurança.

A reforma é norteada por dois grandes objectivos.

Em primeiro lugar, pretende-se incrementar a acessibilidade e a proximidade das forças de segurança aos cidadãos, garantindo a sua presença nos locais onde são mais requeridas, reforçando a visibilidade e valorizando o seu potencial de prevenção e de combate à criminalidade.

Por outro lado, e não menos importante, visa-se, também, melhorar as condições de funcionamento das forças de segurança, reparando ou reinstalando as subunidades policiais degradadas e reforçando a sua capacidade de intervenção através de mais e melhores meios e equipamentos e do recurso sistemático a novas tecnologias de informação e comunicação.

A conjugação destes meios ao serviço dos objectivos enunciados permitirá acrescer eficácia às forças de segurança, reforçará a qualidade do serviço por estas prestado aos cidadãos e assegurará aos homens e mulheres da GNR e da PSP as condições de trabalho a que têm direito.

O processo desencadeado pela presente resolução envolve a alteração de diversos diplomas legislativos, tais como as leis orgânicas das forças e os respectivos diplomas estatutários, carece de intervenção legislativa parlamentar quanto aos traços capitais do regime das forças de segurança [alínea u) do artigo 164.º da Constituição] e está sujeito ao princípio da participação da oposição, nos termos do Estatuto do Direito de Oposição [alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de Maio].

O XV Governo constitucional encomendou ao Gabinete Coordenador de Segurança um estudo sobre o dispositivo territorial da GNR e da PSP, que foi largamente apreciado e debatido, e o actual governo encomendou uma auditoria externa, que já beneficiou da apreciação crítica não só da parte do Comando-Geral da GNR e da Direcção Nacional da

PSP, mas também das associações sindicais e sócio-profissionais que se quiseram pronunciar.

Importa, agora, fixar as linhas orientadoras da reforma, de modo a permitir desde já o exercício do direito de participação da oposição, a consulta das associações sindicais e sócio-profissionais e o desenvolvimento do trabalho de elaboração dos diversos diplomas legislativos e regulamentares, com a estreita colaboração do Comando-Geral da GNR e da Direcção Nacional da PSP.

Assim:

Nos termos das alíneas d) e g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve fixar nos termos seguintes as linhas de orientação da reforma da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), com vista à preparação, debate e aprovação dos correspondentes instrumentos legais:

I - Articulação adequada de áreas de responsabilidade entre a GNR e a PSP

1 - Eliminação das situações de sobreposição de meios entre as duas forças ou de descontinuidade, em especial no respectivo dispositivo territorial.- Tendo em conta a natureza de ambas as forças como polícias integrais de âmbito nacional e os custos institucionais, financeiros e pessoais das deslocalizações, a redistribuição de áreas de responsabilidade é limitada aos casos em que tal se afigura absolutamente essencial para a racionalização das forças.

Assim, ficará confiada à GNR, através da sua Unidade de Segurança e Honras de Estado, a criar, nos termos previstos no n.º II.2.6., a segurança dos Palácios de Belém, de São Bento e das Necessidades, devendo o secretário-geral do Gabinete Coordenador de Segurança identificar outros locais onde eventualmente se verifique uma situação de sobreposição de meios, propondo a sua afectação exclusiva a uma das forças.

Por outro lado, proceder-se-á ao ajustamento dos dispositivos territoriais, nos termos do anexo I, que faz parte integrante da presente resolução, de modo a:

a) Limitar as freguesias partilhadas entre as duas forças de segurança àquelas em que elementos naturais, vias de comunicação ou a própria descontinuidade das freguesias aconselham tal partilha;

b) Eliminar todas as situações de descontinuidade territorial nas áreas atribuídas a cada uma das forças nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto;

c) Resolver outras situações pontuais de manifesto desajustamento no conjunto dos dispositivos.

2 - Elaboração de instrumentos de planeamento estratégico e operacional comuns, salvaguardando as especificidades de programas e acções requeridas pelo perfil das respectivas áreas de responsabilidade. -À Direcção-Geral de Administração Interna (DGAI)

competete assegurar a elaboração dos instrumentos de planeamento integrado e a avaliação da respectiva execução, intervindo, ainda, na implementação da gestão por objectivos e na elaboração de programas especiais de segurança em comum e na avaliação da execução.

3 - Criação de serviços partilhados comuns às duas forças. - A reforma orgânica do Ministério da Administração Interna e a criação do Sistema Integrado de Segurança Interna (SISI) consagram os instrumentos adequados à criação de serviços partilhados nos domínios das relações internacionais, obras, aquisições, sistemas de informação e comunicações.

Deve ainda ser promovida a contratação com a recém-criada Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E. P. E. (GeRAP), dos serviços a disponibilizar por esta em algumas áreas da gestão de recursos humanos e financeiros, com prioridade para o processamento de vencimentos e a contabilização das receitas e despesas segundo o Plano Oficial da Contabilidade Pública, proporcionando, mediante acordos de níveis de serviço, uma execução mais eficiente, ao que acresce uma diminuição dos custos e dos recursos operacionais actualmente associados a estas áreas.

4 - Introdução de formações conjuntas e unidades curriculares comuns:

4.1 - A adaptação dos cursos ministrados nos estabelecimentos de ensino superior público policial e militar aos princípios constantes do regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março), no quadro do Processo de Bolonha, e a revisão das carreiras de oficiais na GNR e na PSP são a oportunidade para a introdução de formações conjuntas para as duas forças e de unidades curriculares comuns nos cursos de formação de oficiais e de progressão na carreira, sem prejuízo da formação de base própria de cada uma das forças.

4.2 - Para o efeito, será, constituído um grupo de trabalho, para estudo e apresentação de uma proposta de reformulação dos planos de estudos dos cursos de formação de oficiais e de progressão na carreira, que contemple as orientações definidas no número anterior, tendo em vista o início da sua aplicação no ano lectivo de 2008-2009, composto por um coordenador, designado pelo Ministro de Estado e da Administração Interna e três outros membros, a indicar, respectivamente, pelo Ministro da Defesa Nacional, pelo comandante-geral da GNR e pelo director nacional da PSP.

4.3 - Paralelamente, será criado um grupo de trabalho para estudo e apresentação de uma proposta de reformulação dos planos de estudos dos cursos de formação, dos cursos de progressão não condicionados pelo Processo de Bolonha e dos cursos de especialização, nomeadamente nas áreas de trânsito e de investigação criminal, a vigorar também no ano lectivo de 2008-2009, composto pelo inspector-geral da Administração Interna, que coordena, e por dois outros membros, a indicar, respectivamente, pelo comandante-geral da GNR e pelo director nacional da PSP.

(...)

ANEXO I

Redefinição de competências para o policiamento com vista à eliminação de «freguesias partilhadas»

1 - A Guarda Nacional Republicana passa a ter a competência para o policiamento da totalidade das freguesias de São Miguel do Rio Torto (Abrantes), São Martinho do Porto (Alcobaça), Costa da Caparica (Almada), Barcelinhos (Barcelos), Donai (Bragança), Nogueira (Bragança), Alcabideche (Cascais), Outeiro Seco (Chaves), Antuzede (Coimbra), Assafarge (Coimbra), Torres do Mondego (Coimbra), Trouxemil (Coimbra), Alhadas (Figueira da Foz), Arrifana (Guarda), Maçainhas de Baixo (Guarda), Candoso (São Martinho) (Guimarães), Pencelo (Guimarães), Selho (São Cristóvão) (Guimarães), Selho (São Jorge) (Guimarães), Selho (São Lourenço) (Guimarães), Vila Nova de Souto (Lamego), Santa Eufémia (Leiria), Moita (Moita), Fátima (Ourém), Arcozelo (Ponte de Lima), Feitosa (Ponte de Lima), Ribeira (Ponte de Lima), Ribeira de Nisa (Portalegre), Sanfins (Santa Maria da Feira), Santa Maria e São Miguel (Sintra), São Martinho (Sintra), São Pedro de Penaferim (Sintra), Carregueiros (Tomar), Casais (Tomar), Madalena (Tomar), São Pedro (Tomar), Monte Gordo (Vila Real de Santo António), Borbela (Vila Real), Constantim (Vila Real), Mouçós (Vila Real), Parada de Cunhos (Vila Real), Vila Marim (Vila Real) e São João de Lourosa (Viseu).

2 - A Polícia de Segurança Pública passa a ter a competência para o policiamento da totalidade das freguesias de Alferrarede (Abrantes), Aradas (Aveiro), Esgueira (Aveiro), Santa Joana (Aveiro), São Bernardo (Aveiro), Arcozelo (Barcelos), Vila Boa (Barcelos), Vila Frescainha (São Martinho) (Barcelos), Salvador (Beja), São João Baptista (Beja), Dume (Braga), Ferreiros (Braga), Fraião (Braga), Lamações (Braga), Lomar (Braga), Nogueira (Braga), Samil (Bragança), Cartaxo (Cartaxo), Cascais (Cascais), Estoril (Cascais), São Domingos de Rana (Cascais), Vilar de Nantes (Chaves), Santa Maria (Covilhã), São Pedro (Covilhã), Alcáçova (Elvas), Assunção (Elvas), Santo André (Estremoz), Horta das Figueiras (Évora), Malagueira (Évora), Bacelo (Évora), Fânzeres (Gondomar), Candoso (Santiago) (Guimarães), Costa (Guimarães), Fermentões (Guimarães), Mesão Frio (Guimarães), Polvoreira (Guimarães), Urgezes (Guimarães), Almacave (Lamego), Santa Maria (Lagos), Azoia (Leiria), Barosa (Leiria), Barreira (Leiria), Marrazes (Leiria), Parceiros (Leiria), Pousos (Leiria), Bobadela (Loures), Frielas (Loures), Loures (Loures), Santa Iria de Azoia (Loures), São João da Talha (Loures), Unhos (Loures), Moita (Marinha Grande), Custóias (Matosinhos), Guifões (Matosinhos), Leça do Balio (Matosinhos), Mirandela (Mirandela), Baixa da Banheira (Moita), Vale da Amoreira (Moita), Montijo (Montijo), Caneças (Odivelas), Ramada (Odivelas), Barcarena (Oeiras), Porto Salvo (Oeiras), Queijas (Oeiras), São João (Ovar), Arca (Ponte de Lima), Póvoa de Varzim (Póvoa de Varzim), Argívia (Póvoa de Varzim), Várzea (Santarém), Amora (Seixal), Arrentela (Seixal), Corroios (Seixal), São

Sebastião (Setúbal), Aqualva (Sintra), Cacém (Sintra), Algueirão-Mem Martins (Sintra), Belas (Sintra), Casal de Cambra (Sintra), Rio de Mouro (Sintra), Mira-Sintra (Sintra), São Marcos (Sintra), Santa Maria (Torres Novas), São Pedro (Torres Novas), São Salvador (Torres Novas), Darque (Viana do Castelo), Meadela (Viana do Castelo), Areosa (Viana do Castelo), Alhandra (Vila Franca de Xira), Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira), Forte da Casa (Vila Franca de Xira), Póvoa de Santa Iria (Vila Franca de Xira), Sobralinho (Vila Franca de Xira), Vila Franca de Xira (Vila Franca de Xira), Antas (Vila Nova de Famalicão), Calendário (Vila Nova de Famalicão), Gavião (Vila Nova de Famalicão), Canidelo (Vila Nova de Gaia), Gulpilhares (Vila Nova de Gaia), Madalena (Vila Nova de Gaia), Valadares (Vila Nova de Gaia), Vilar de Andorinho (Vila Nova de Gaia), Vilar Paraíso (Vila Nova de Gaia), Lordelo (Vila Real) e Mateus (Vila Real).

ANEXO AA: Excerto da Portaria n.º 340-A/2007

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2007, de 19 de Março, aprovou as opções fundamentais da reforma das forças de segurança, tendo em vista, essencialmente, uma adequada articulação entre as duas forças, a racionalização dos seus recursos e procedimentos e a melhoria das suas infra-estruturas e equipamentos, de modo a melhorar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos e as condições de trabalho das forças de segurança.

Um dos aspectos centrais da referida articulação reside na eliminação das situações de sobreposição ou de descontinuidade dos dispositivos territoriais das duas forças.

Importa, por conseguinte, circunscrever as situações de partilha de freguesias entre a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública àquelas que são justificadas por elementos naturais, vias de comunicação ou pela própria descontinuidade das freguesias e eliminar as situações de descontinuidade territorial dos respectivos dispositivos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, resolvendo, simultaneamente, outras situações pontuais de desajustamento.

Assim, em execução do n.º 1.1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2007 e ao abrigo da alínea e) do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 34.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/93, de 26 de Junho, e do n.º 3 do artigo 3.º da Lei de Organização e Funcionamento da Polícia de Segurança Pública, aprovada pela Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, ouvidos o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana e o director nacional da Polícia de Segurança Pública, manda o Governo, pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, o seguinte:

1.º A partir do próximo dia 1 de Abril, as áreas de responsabilidade da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP) passam a abranger a totalidade do território das freguesias enunciadas, respectivamente, nos n.os 1 e 2 do anexo I da presente portaria, que dela faz parte integrante.

2.º No próximo dia 16 de Abril, procede-se à transferência de responsabilidades entre as forças nas freguesias de Fátima (concelho de Ourém) e São Martinho do Porto (concelho de Alcobaça) e na povoação de São Pedro de Moel (freguesia e concelho da Marinha Grande), devendo o comandante-geral da GNR e o director nacional da PSP determinar, desde já e pelo período considerado adequado, o desenvolvimento de acções conjuntas, designadamente de patrulhamento, de modo a assegurar a harmoniosa transferência de competências.

3.º Salvo determinação em contrário do Ministério Público, a transferência de responsabilidades não implica a transferência de processos crime ou de contra-ordenação já iniciados, cabendo à força que os iniciou a sua prossecução e conclusão.

4.º Se a área de uma reserva de caça abranger o território de mais de uma freguesia e a responsabilidade pelo policiamento destas estiver confiada a mais de uma força, competirá sempre à GNR a fiscalização cinegética na totalidade da área da reserva.

5.º Para garantir o cumprimento da missão de segurança, controlo do tráfego e fiscalização rodoviária, de forma integrada, permanente e geograficamente ininterrupta, nas infra-estruturas constitutivas dos eixos da rede nacional fundamental e da rede nacional complementar, tais vias são atribuídas à responsabilidade da GNR, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

6.º Até ao próximo dia 16 de Abril, o comandante-geral da GNR e o director nacional da PSP apresentarão o cronograma de transferência de responsabilidades nas freguesias constantes do anexo II da presente portaria, que dela faz parte integrante, bem como os itinerários principais e itinerários complementares, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em função da nova distribuição de responsabilidade entre as forças.

(...)

ANEXO I

Freguesias referidas no n.º 1.º da presente portaria

1 - A GNR passa a ter a competência para o policiamento da totalidade das freguesias de São Miguel do Rio Torto (Abrantes), Barcelinhos (Barcelos), Donai (Bragança), Nogueira (Bragança), Outeiro Seco (Chaves), Antuzede (Coimbra), Assafarge (Coimbra), Torres do Mondego (Coimbra), Trouxemil (Coimbra), Alhadas (Figueira da Foz), Arrifana (Guarda), Maçainhas de Baixo (Guarda), Candoso-São Martinho (Guimarães), Pencelo (Guimarães), Selho (São Cristóvão) (Guimarães), Selho (São Jorge) (Guimarães), Selho (São Lourenço) (Guimarães), Vila Nova de Souto (Lamego), Santa Eufémia (Leiria), Arcozelo (Ponte de Lima), Feitosa (Ponte de Lima), Ribeira (Ponte de Lima), Ribeira de Nisa (Portalegre), Carregueiros (Tomar), Casais (Tomar), Madalena (Tomar), São Pedro (Tomar), Monte Gordo (Vila Real de Santo António), Borbela (Vila Real), Constantim (Vila Real), Mouços (Vila Real), Parada de Cunhos (Vila Real), Vila Marim (Vila Real), e São João de Lourosa (Viseu).

2 - A PSP passa a ter a competência para o policiamento da totalidade das freguesias de Alferrarede (Abrantes), Aradas (Aveiro), Esgueira (Aveiro), Santa Joana (Aveiro), São Bernardo (Aveiro), Arcozelo (Barcelos), Vila Boa (Barcelos), Vila Frescainha (São Martinho) (Barcelos), Salvador (Beja), São João Baptista (Beja), Dume (Braga), Ferreiros (Braga), Fraião (Braga), Lamações (Braga), Lomar (Braga), Nogueira (Braga), Samil (Bragança), Cartaxo (Cartaxo), Vilar de Nantes (Chaves), Santa Maria (Covilhã), São Pedro (Covilhã), Alcáçova (Elvas), Assunção (Elvas), Santo André (Estremoz), Horta das Figueiras (Évora), Malagueira (Évora), Bacelo (Évora), Cadoso (Santiago) (Guimarães), Costa (Guimarães), Fermentões (Guimarães), Mesão Frio (Guimarães), Polvoreira (Guimarães), Urgezes (Guimarães), Almacave (Lamego), Santa Maria (Lagos), Azoia (Leiria), Barosa (Leiria), Barreira (Leiria), Marrazes (Leiria), Parceiros (Leiria), Pousos (Leiria), Moita (Marinha Grande), Mirandela (Mirandela), São João (Ovar), Arca (Ponte de Lima), Várzea (Santarém), Santa Maria (Torres Novas), São Pedro (Torres Novas), São Salvador (Torres Novas), Darque (Viana do Castelo), Meadela (Viana do Castelo), Areosa (Viana do Castelo), Antas (Vila Nova de Famalicão), Calendário (Vila Nova de Famalicão), Gavião (Vila Nova de Famalicão), Lordelo (Vila Real), Mateus (Vila Real), São Salvador (Viseu).

ANEXO II

Freguesias referidas no n.º 6.º da presente portaria

1 - Freguesias das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto a integrar na área de responsabilidade da GNR:

Costa da Caparica (Almada), Alcabideche (Cascais), Moita (Moita), Sanfins (Santa Maria da Feira), Santa Maria e São Miguel (Sintra), São Martinho (Sintra), São Pedro de Penaferrim (Sintra).

2 - Freguesias das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto a integrar na área de responsabilidade da PSP:

Cascais (Cascais), Estoril (Cascais), São Domingos de Rana (Cascais), Fânzeres (Gondomar), Bobadela (Loures), Frielas (Loures), Loures (Loures), Santa Iria da Azóia (Loures), São João da Talha (Loures), Unhos (Loures), Custóias (Matosinhos), Guifões (Matosinhos), Leça do Balio (Matosinhos), Baixa da Banheira (Moita), Vale da Amoreira (Moita), Montijo (Montijo), Caneças (Odivelas), Ramada (Odivelas), Barcarena (Oeiras), Porto Salvo (Oeiras), Queijas (Oeiras), Póvoa de Varzim (Póvoa de Varzim), Argívia (Póvoa de Varzim), Amora (Seixal), Arrentela (Seixal), Corroios (Seixal), São Sebastião (Setúbal), Agualva (Sintra), Cacém (Sintra), Algueirão-Mem Martins (Sintra), Belas (Sintra), Casal de

Cambra (Sintra), Rio de Mouro (Sintra), Mira-Sintra (Sintra), São Marcos (Sintra), Alhandra (Vila Franca de Xira), Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira), Forte da Casa (Vila Franca de Xira), Póvoa de Santa Iria (Vila Franca de Xira), Sobralinho (Vila Franca de Xira), Vila Franca de Xira (Vila Franca de Xira), Canidelo (Vila Nova de Gaia), Gulpilhares (Vila Nova de Gaia) Madalena (Vila Nova de Gaia), Valadares (Vila Nova de Gaia), Vilar de Andorinho (Vila Nova de Gaia), Vilar Paraíso (Vila Nova de Gaia).